

ELTON VINICIUS LIMA DOS SANTOS SANTOS

**A EDUCAÇÃO SEXUAL COMO FERRAMENTA  
DE COMBATE À OBJETIFICAÇÃO DA  
MULHER NEGRA**



ARARAQUARA – S.P.

2020

ELTON VINICIUS LIMA DOS SANTOS SANTOS

# **A EDUCAÇÃO SEXUAL COMO FERRAMENTA DE COMBATE À OBJETIFICAÇÃO DA MULHER NEGRA**

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre, em Educação Sexual.

**Linha de pesquisa:** Sexualidade e educação sexual: interfaces com a história, a cultura e a sociedade

**Orientadora:** Dra. Débora Raquel da Costa Milani

ARARAQUARA – S.P.

2020

Santos, Elton Vinicius Lima dos Santos

A Educação Sexual como ferramenta de combate à objetificação da mulher negra / Elton Vinicius Lima dos Santos Santos — 2020  
102 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Sexual)  
— Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho",  
Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara)  
Orientador: Débora Raquel da Costa Milani

1. Educação Sexual. 2. Objetificação. 3. Mulher negra.  
4. Escravidão. 5. Sociedade. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo sistema automatizado com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ELTON VINICIUS LIMA DOS SANTOS SANTOS

# A EDUCAÇÃO SEXUAL COMO FERRAMENTA DE COMBATE À OBJETIFICAÇÃO DA MULHER NEGRA

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre, em Educação Sexual.

**Linha de pesquisa:** Sexualidade e educação sexual: interfaces com a história, a cultura e a sociedade

**Orientadora:** Dra. Débora Raquel da Costa Milani

Data da defesa: 19/02/2020

## MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

---

**Presidente e Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Débora Raquel da Costa Milani**

UNESP – Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Araraquara-SP.

---

**Membro Titular: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Márcia Cristina Argenti Perez**

UNESP – Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Araraquara-SP.

---

**Membro Titular: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Euzânia Batista Ferreira Andrade**

UNIP- Universidade Paulista.

**Local:** Universidade Estadual Paulista  
Faculdade de Ciências e Letras  
UNESP – Campus de Araraquara

*À Glória de Deus*

*A meu pai Luiz Carlos dos Santos*

*A meu querido filho Teófilo Silva dos Santos*

*À sociedade brasileira*

*Às mulheres negras do passado e do presente do Brasil*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por sua graça.

À minha amada esposa Eveline Silva de Cerqueira dos Santos pelo amor, apoio e companheirismo em todos esses anos.

À minha família por ser minha base.

À minha orientadora Dra. Débora Raquel da Costa Milani por ter me recebido como orientando dando-me assim esta maravilhosa oportunidade, por todas as orientações, pela pronta disposição em atender minhas solicitações e por estar junto a mim em todas as fases deste curso.

Às professoras Marcia Cristina Argente Perez e Euzânia Batista Ferreira Andrade, componentes da Banca Examinadora, pela atenção e pelas importantes contribuições ao trabalho.

A todos os docentes do Programa de Pós-graduação em Educação Sexual da UNESP-FCLAR.

A meus colegas do Mestrado em Educação Sexual da UNESP pela parceria.

À UNESP-FCLAR por me receber como aluno em mais um nível da vida acadêmica.

À Igreja Presbiteriana de Matão pela compreensão e incentivo.

A meu amigo Rev. Adilson Carvalho Lordêlo por sempre ter me ajudado e acreditado em mim.

A todos meu muitíssimo obrigado!!!!!!

*“Porque para com Deus não há acepção de  
pessoas.”*  
(Bíblia Sagrada)

Adão Negro

*Chá, chá lá lá lá lá lá  
Chá lá lá lá lá lá lá lá  
Chá lá lá lá lá lá lá lá*

*Apartheid disfarçado todo dia  
Quando me olho não me vejo na TV  
Quando me vejo estou sempre na cozinha  
Ou na favela submissa ao poder  
Já fui mucama mas agora sou "neguinha"  
"Minha pretinha, nós gostamos de você"  
Levante a saia, saia correndo pro quarto  
Na madrugada patrãozinho quer te ver*

*Chá lá lá lá lá lá  
Chá lá lá lá lá lá lá lá  
Chá lá lá lá lá lá lá lá*

*Será que um dia eu serei a patroa  
Sonho que um dia isso possa acontecer  
Ficar na sala não ir mais para a cozinha  
Agora digo o que vejo na TV*

*Um som negro  
Um Deus negro  
Um Adão negro  
Um negro no poder*

*Um som negro  
Um deus negro  
Um Adão negro  
Um negro no poder*

(Cardoso, 2003)



## Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo estudar a questão da objetificação sexual da mulher negra na contemporaneidade brasileira verificando como este comportamento preconceituoso tem suas raízes nos abusos sexuais que foram cometidos contra as escravizadas negras em todo o período da escravidão no Brasil e apresentar a Educação Sexual como ferramenta útil para ajudar a combater estes preconceitos. A pesquisa é de natureza qualitativa e busca através de análises de obras de teóricos, principalmente, das áreas da história, sociologia, filosofia, educação e educação sexual, os dados para atingir seus objetivos. Como resultados a pesquisa constata a presença de ideias e comportamentos presentes na sociedade brasileira que de fato apontam para uma visão objetificante da mulher negra. Esta realidade se manifesta quando o valor de uma pessoa é resumido a dimensão sexual de seu ser. Esse comportamento se reflete nos papéis que a sociedade destina à mulher negra: ela deve ser a “mulata” produto de atração para turismo sexual, a empregada doméstica que não deve se ofender em ser violentada por seu patrão, aquela não tem honra a preservar e que não serve para casar; afirma que este quadro foi culturalmente construído a parti da escravidão dos negros no Brasil que teve como base a negação de sua plena humanidade; aponta a Educação Sexual como alternativa viável para a desconstrução destes preconceitos e estigmas e indica que projetos de Educação Sexual em escolas, lares, igrejas, associações, hospitais etc, podem conscientizar indivíduos sobre seus direitos sexuais, sobre como exercê-los de forma livre e feliz e sobre como assumir sua responsabilidade social na luta para que todos sejam respeitados como seres humanos plenos e livres.

**Palavras – chave:** Educação Sexual. Objetificação. Mulher negra. Escravidão. Sociedade.

## **Abstract**

This research aims to study a question of sexual objectivity of black women in contemporary Brazil, verifying how this prejudiced behavior has its roots in sexual abuse that was committed against being enslaved black women throughout the period of slavery in Brazil and in sexual education as a use useful to help combat these prejudices. The research is of a qualitative nature and seeks through analyzes of theoretical works, mainly, from the areas of history, sociology, philosophy, education and sexual education, data to reach its objectives. As the results of a research consist of the presence of ideas and exhibit gifts in Brazilian society that point facts to an objective vision of black women. This reality manifests itself when a person's value is taken up in the sexual dimension of his being. This behavior is reflected in the roles that society aimed at black women: she must be a "mulatto" product of attraction for sex tourism, a domestic company that should not become violent by her boss, one that has no honor to preserve and that it doesn't fit to get married; affirms that this picture was culturally constructed as part of the slavery of blacks in Brazil and was based on the denial of their full humanity; indicates Sex Education as a viable alternative to deconstruct these prejudices and stigmas and indicates Sex Education projects in schools, homes, churches, statistics, hospitals etc., can raise awareness about your sexual rights, how to exercise happily and how to assume your social responsibility in the struggle for everyone to be respected as human beings and freedom.

**Keywords:** Sex Education. Objectification. Black woman. Slavery. Society.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>2 METODOLOGIA</b>	<b>17</b>
<b>3 OBJETIFICADAS PELA ESCRAVIDÃO</b>	<b>20</b>
<b>4 VIOLÊNCIAS SEXUAIS CONTRA AS MULHERES NEGRAS ESCRAVIZADAS NO BRASIL</b>	<b>28</b>
<b>5 OBJETIFICAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS NA CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA</b>	<b>48</b>
<b>5.1 Feminismo negro e resistência à objetificação</b>	<b>65</b>
<b>6 A EDUCAÇÃO SEXUAL COMO FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL</b>	<b>73</b>
<b>6.1 Conceitos de sexualidade e direitos sexuais</b>	<b>73</b>
<b>6.2 Educação Sexual e a Abordagem Emancipatória da Educação Sexual</b>	<b>79</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>92</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>94</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Desde a abolição formal da escravidão no Brasil se passaram 131 anos, contudo, esse tempo não foi suficiente para apagar os males sofridos pelos africanos aqui escravizados e por seus descendentes. Pelo contrário, as condições de vida das pessoas negras no Brasil revelam as graves consequências da escravidão e, ainda pior que isso, mostram que muitas ideias escravistas se reproduzem em práticas de preconceitos raciais na sociedade brasileira. Cada vez mais fica evidente que é preciso formar uma compreensão adequada do que foi a escravidão para entender o momento atual e orientar as direções que precisam ser tomadas para a construção de uma sociedade mais igual. Na visão de Laurentino Gomes (2019) a escravidão foi a experiência mais determinante da história do Brasil, que impactou profundamente todo o tecido social (cultura, economia, política) na formação da nação após a Independência, para o Autor, nenhum outro assunto é tão definidor da identidade nacional, merecendo, portanto, ser profundamente estudado.

Como consequência da escravidão verifica-se um alto grau de racismo na sociedade brasileira que se faz agravado pela tentativa de silenciar as tensões presentes ligadas às questões da cor da pele. A teoria de que no Brasil as relações raciais são cordiais não é verdadeira, nunca houve cordialidade nas relações raciais no Brasil. Mesmo a abolição da escravatura não significou o começo da construção da igualdade entre as raças, pois: “a libertação de homens e mulheres do jugo da escravidão foi feita de forma desequilibrada por não permitir uma melhor organização social da população negra.” (Oliveira, 2014, p. 1596).

Dentro do conjunto de toda a população brasileira afetada por conviver em uma sociedade que foi formada com bases em um sistema escravocrata, o grupo mais prejudicado tem sido as mulheres negras. Isto se revela nos indicadores sociais. Segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2019) no que diz respeito a rendimentos

advindos do trabalho, as mulheres negras são as que menos têm ganhos, estando assim na base da pirâmide, neste quesito.

É o que destaca o IBGE (2019):

As razões de rendimentos combinadas por cor ou raça e sexo mostram diferentes resultados comparativos. Destaca-se a vantagem dos homens brancos sobre os demais grupos populacionais, sendo que a maior distância de rendimentos ocorre quando comparados às mulheres pretas ou pardas, que recebem menos da metade do que os homens brancos auferem (44,4%). O segundo grupo de maior vantagem é o da mulher branca, que possui rendimentos superiores não só aos das mulheres pretas ou pardas, como também aos dos homens dessa cor ou raça (razões de 58,6% e 74,1%, respectivamente). Os homens pretos ou pardos, por sua vez, possuem rendimentos superiores somente aos das mulheres dessa mesma cor ou raça (razão de 79,1%, a maior entre as combinações). (p. 03).

No que diz respeito a ocupar posições decisivas na sociedade, como no caso de cargos políticos, as mulheres negras, também, são o segmento menos representado no recorte gênero e raça:

cite-se a situação das mulheres pretas ou pardas, em desvantagem no quesito representação, tanto em comparação aos homens de mesma cor ou raça, quanto em relação as mulheres brancas. Em 2018, as mulheres pretas ou pardas constituíram 2,5% dos deputados federais e 4,8% dos deputados estaduais eleitos, e, em 2016, 5,0% dos vereadores. Consideradas apenas as mulheres eleitas, foram 16,9%, 31,1% e 36,8%, respectivamente. (IBGE, 2019, p. 12).

Com relação ao indicador da segurança e as taxas de homicídios, verifica-se que a mulher negra está muito mais exposta ao risco de morrer por morte violenta que uma mulher não negra. Isso é o que atesta o infográfico do Atlas da Violência 2019 produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA] (2019) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o qual demonstra que de 2007 a 2017 a taxa de homicídio de mulheres negras cresceu 29,9%, enquanto a taxa de homicídio de mulheres não negras cresceu 4,5%.

A escravidão também marcou profundamente a visão que a sociedade tem a respeito da sexualidade da mulher negra. Feministas e pesquisadoras negras denunciam a existência de ideias e ações presentes nas várias áreas da sociedade que manifestam uma visão preconceituosa a respeito da sexualidade da mulher negra, colocando-as em posição de inferioridade. Sobre isso, salienta Lima (2018):

É importante salientar que não é somente no campo socioeconômico que o racismo afeta diretamente a população negra. A depreciação e coisificação de corpos negros, além da criação de mitos sobre a sexualidade da mulher negra, são exemplos de como o racismo pode afetar também a subjetividade e as vivências afetivo-sexuais de homens e mulheres negras. (p. 21)

Para a ativista do movimento feminista negro Stephanie Ribeiro (2018) a visão que se tem da mulher negra no Brasil, o preconceito em relação à sua inclinação sexual, a hipersexualização de seus corpos e a ideia da “mulata” exótica objeto de fetiche sexual, estão diretamente ligados à forma como as mulheres negras escravizadas tiveram seus corpos e sua sexualidade explorada na escravidão, “a mulher negra no Brasil ainda é vista segundo um modelo nascido do colonialismo e da escravidão.” (Ribeiro, 2018, p. 271).

Nesta pesquisa abordaremos a questão da objetificação sexual da mulher negra na sociedade brasileira verificando como a mesma pode ser uma herança negativa legada pela escravidão, ao passo que, apresentaremos a Educação Sexual como ferramenta útil para educar à uma transformação social que desconstrua os preconceitos e mentiras impostos sobre a sexualidade das mulheres negras. Transformar paradigmas sociais é uma das funções da Educação Sexual.

Conforme Figueiró (2014):

Se pensarmos que a finalidade maior da Educação Sexual é contribuir para a possibilidade de o educando possa viver bem a sua sexualidade, de forma saudável e feliz e, ao mesmo tempo, contribuir para que ele seja apto a participar da transformação social, em todas as questões ligadas direta ou indiretamente à sexualidade, podemos concluir que o professor cujo objeto de ensino é a sexualidade, de forma humanizadora, está sendo um mediador de esperanças e de projetos de vida. (p. 19).

Esta pesquisa será composta por sete seções. Nesta primeira seção, introdução, estamos apresentando o tema da pesquisa e seu objetivo geral que é verificar como a objetificação das escravas negras e os crimes sexuais cometidos contra as mesmas, em todo o período da escravidão no Brasil, construíram na formação da sociedade brasileira, preconceitos a respeito da sexualidade da mulher negra, que se revelam na atualidade em uma visão estereotipada e objetificante, enquanto trazemos como proposta a execução da Educação Sexual como ferramenta que educa as pessoas a vivenciar sua própria sexualidade de forma livre, autônoma

e feliz, além de contribuir para formar uma sociedade livre de preconceitos e estigmas a respeito da sexualidade.

Na segunda seção, apresentaremos a metodologia que será utilizada na pesquisa. A mesma seguirá a abordagem qualitativa. O procedimento estabelecido será a pesquisa bibliográfica. Considerando a linha de pesquisa que optamos por seguir no Mestrado em Educação Sexual, “Sexualidade e educação sexual: interfaces com a história, a cultura e a sociedade”, e considerando minha formação como cientista social, recorreremos a teóricos que construíram obras nas áreas da história, da sociologia, do direito, da educação, da educação sexual, do feminismo e do feminismo negro, os quais discutiram os temas da escravidão, da mulher e da objetificação sexual da mulher negra, para compreender os processos culturais que estabeleceram a visão preconceituosa sobre a sexualidade da mulher negra e como a Educação Sexual poderá contribuir para uma transformação social nesta área.

Na terceira seção que tem como título “objetificadas pela escravidão” apresentaremos, de forma breve, aspectos gerais de como se realizou a escravidão no Brasil. Não temos neste capítulo a intenção de estabelecer uma discussão profunda sobre o assunto, a intenção é demonstrar a desumanização que o sistema escravista impôs sobre as pessoas de origem africana e seus descendentes.

Na quarta seção destacaremos, conforme nos apresentam historiadores e sociólogos, os crimes sexuais cometidos contra as escravizadas negras em todo o período em que vigorou a escravidão no Brasil.

A quinta parte da pesquisa, apresentará a questão da objetificação sexual da mulher negra na contemporaneidade a partir da leitura que feministas negras fazem de como a sociedade se comporta em relação a mulher negra em si com especial destaque à objetificação de sua sexualidade. Esta seção tem como subseção, “a resistência atual das mulheres negras contra a objetificação sexual e suas lutas por representatividade nas discussões feministas”, que



mostra como mulheres negras têm se organizado em ações coletivas que combatem os preconceitos que estão sobre elas, bem como, destacam que dentro do movimento feminista é preciso que se reconheça o feminismo negro, pois as negras são vítimas de ações prejudiciais interseccionadas, como sexismo e racismo.

A sexta seção é a que apresenta a Educação Sexual como ferramenta útil para a transformação social. Trataremos sobre conceitos de sexualidade, apresentaremos o que é a Educação Sexual e seus objetivos. Destacaremos a Abordagem Emancipatória da Educação Sexual como aquela que mais se adequa aos objetivos desta pesquisa, considerando que a Abordagem Emancipatória conscientiza os indivíduos sobre suas responsabilidades de lutar coletivamente para o estabelecimento de uma sociedade menos opressora, menos repressora e mais igualitária no que diz respeito à sexualidade.

Finalizaremos esta dissertação com as considerações finais, onde reconheceremos as gravíssimas consequências que a escravidão legou à sociedade brasileira, sobretudo às mulheres negras, admitiremos que há um longo caminho de lutas a ser seguido para a extinção de preconceitos e para a transformação da sociedade, no entanto, ressaltaremos que o estabelecimento de uma Educação Sexual traz uma esperança, uma possibilidade de libertação da opressão, do preconceito, da objetificação cometidos contra as mulheres negras.

Nosso país é marcado por abismos profundos de desigualdades. A desigualdade racial talvez seja uma das mais injustas, pois desqualifica pessoas por questões que não tiveram oportunidade de escolha, mas lhes são inatas. O racismo estrutural impregnado na sociedade brasileira faz sofrer a parcela negra da população que formou a força de trabalho e produção de riqueza no começo da nação. É injusto o fato de que além da sociedade brasileira nunca ter compensado ou indenizado a população negra pelos crimes cometidos na escravidão, ainda continue olhando os descendentes dos africanos como seres humanos inferiores. Esta

dissertação é nossa contribuição na luta contra o racismo e a objetificação sexual da mulher negra na sociedade brasileira.

## 2 METODOLOGIA

Neste estudo temos como objetivo abordar a questão da objetificação sexual da mulher negra na sociedade brasileira, compreendendo esta objetificação como a redução de sua subjetividade e valor às questões ligadas a seu sexo, buscando entender como este comportamento preconceituoso é uma reprodução da forma como foram objetificadas sexualmente as escravas em toda a época da escravidão no Brasil. Considerando a realidade dos preconceitos ligados à sexualidade da mulher negra, apresentaremos a execução Educação Sexual como ferramenta capaz de educar os indivíduos a rejeitarem posturas estigmatizantes e estereotipadas e desenvolver ideias e ações que possam mudar essa visão inferior sobre a mulher negra.

Em relação a metodologia que será utilizada na pesquisa, a sua abordagem será a da pesquisa qualitativa. Compreendendo que o método qualitativo busca explicar o porquê das coisas. Nessa pesquisa se buscará compreender o porquê e como se desenvolveu uma cultura opressora no que diz respeito à sexualidade da mulher negra. Desta forma verificaremos as dinâmicas sociais que estabeleceram o atual quadro social. Acreditamos que esta abordagem seja a mais indicada para esta dissertação, pois “a pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (Silveira & Córdova, 2009, p. 32). Mantem-se o entendimento de que neste tipo de pesquisa o pesquisador precisa se precaver para não permitir que seus preconceitos e julgamentos prejudiquem a pesquisa.

Ainda em acordo com Maria Cecília de Souza Minayo (2002) as pesquisas qualitativas dentro das ciências sociais se preocupam com um nível de realidade que não pode ser quantificado, uma vez que trabalha com “universo de significados, motivos, aspirações,

crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.” (p.21).

Observamos também, o que as autoras Ludke e André (1986) afirmam sobre um estudo voltado para questões educacionais que se utilize da pesquisa qualitativa, pois afirmam que o pesquisador deve ter o cuidado em refletir sobre o processo estudado, situando-o dentro de um contexto sociocultural mais amplo. Ainda dizem que por meio de diversas leituras e releituras é possível organizar os dados para analisá-los.

Quanto aos procedimentos metodológicos a pesquisa será basicamente de caráter bibliográfico, pois “a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites.” (Fonseca, 2002, p. 32). Estas serão as fontes de conteúdo para esta pesquisa.

Considerando a linha de pesquisa que optamos seguir no Mestrado em Educação Sexual da UNESP-Araraquara, “Sexualidade e educação sexual: interfaces com a história, a cultura e a sociedade”, recorreremos a obras de teóricos das áreas da história, da sociologia, da educação, da educação sexual, do direito, do feminismo e do feminismo negro como bases para atingir nossos objetivos. É preciso destacar a dificuldade de acessos a documentos primários a respeito do período da escravidão, portanto, nesta pesquisa nos utilizamos de autores de reconhecido valor acadêmico na apresentação dos fatos históricos.

Portanto, são objetivos desta pesquisa: Conhecer como se realizava a exploração sexual das escravizadas negras dentro da casa-grande; explicar como os abusos sexuais realizados contra as escravizadas negras pelas famílias brasileiras contribuíram para estabelecer uma cultura nacional de desvalorização da mulher negra; caracterizar como na contemporaneidade

tem sido atribuído às mulheres negras papéis de menor importância na sociedade; caracterizar como a mulher negra tem sofrido com a objetificação de seu ser tendo sua humanidade reduzida à sua força de trabalho e à sua sexualidade; apontar como a Educação Sexual pode contribuir para a luta contra o preconceito e a discriminação racial ligados à sexualidade.

### 3 OBJETIFICADAS PELA ESCRAVIDÃO

Nesta seção da pesquisa temos como objetivo apresentar em linhas gerais alguns aspectos de como se efetuou a escravidão no Brasil, destacando como as ideias e as práticas que sustentavam a escravidão desumanizavam e objetificavam os africanos para aqui trazidos e seus descendentes. Assim, não é nosso objetivo um estudo profundo de todas as questões que marcaram a escravidão no Brasil. Considerando a dificuldade de acesso à fontes primárias que descrevem como foi a escravidão, nos utilizaremos aqui de autores de reconhecido respeito como fonte de informação.

A história do Brasil é marcada por mais de três séculos e meio de escravidão. Em relação aos escravizados negros parte de sua população era formada por pessoas traficadas da África e parte por negros nascidos no Brasil.

Conforme nos apresenta Joaquim Nabuco (2000):

estando a África nas mãos de Portugal, começou então o povoamento da América por negros; lançou-se, por assim dizer, uma ponte entre a África e o Brasil, pela qual passaram milhões de africanos, e estendeu-se o habitat da raça negra das margens do Congo e do Zambeze às do São Francisco e do Paraíba do Sul. (p. 99).

A ocupação do continente africano por Portugal e o aprisionamento e comércio de africanos por portugueses foram chancelados e autorizados pela Igreja Católica Romana, que primeiro reconheceu o direito de posse dos territórios: “em 1454, o Papa Nicolau V reconhecia, na bula *Romanus Pontifex Regni Celestis Claviger*, a posse dos territórios africanos descobertos pelo reino de Portugal.” (Schumacher e Brazil, 2013, p. 12). E em seguida, foi dado o direito aos portugueses de conquistar e escravizar os povos africanos, pois tendo o Papa recebido o

apoio do rei de Portugal, Afonso V, nas cruzadas contra os turcos, ampliou os direitos da coroa portuguesa sobre os novos territórios.

Conforme apresentam Schumacher e Brazil (2013):

Além de ficar com as ‘novas’ terras, assegurava seu domínio sobre Ceuta – subtraída aos mouros – e sobre os mares adjacentes ainda conquistava o direito exclusivo de comércio, pesca e navegação, sem contar que os muitos habitantes de Guiné e outros negros poderiam ser convertidos à fé católica, capturados, conquistados, subjugados ou lançados à escravidão perpétua. (p. 113).

Desta forma, a Igreja Católica desempenhou um importante papel no estabelecimento e na preservação da escravidão no Brasil. Como disse Pinsky (1982) : “o catolicismo funcionou não apenas como justificação última da escravidão, mas dialeticamente como instrumento ideológico de manutenção da escravidão ao nível do escravo.” (p. 3). Durante todo o período em que vigorou a prática escravista a mesma foi aceita sem questionamentos pelas classes dominantes, pois o sistema era declarado como uma expressão dos desígnios divinos: “acreditava-se que era a vontade de Deus que alguns nascessem nobres, outros, vilões, uns, ricos, outros, pobres, uns, livres, outros escravos.” (Costa, 2010, p.13). Outro argumento de ordem religiosa que se destacava para legitimar a prática escravista era o de que, em tornando-se cativos de brancos cristãos, os negros teriam acesso à religião cristã e passariam a fazer parte do Reino de Deus, sendo assim, no final das contas, um benefício o terem sido feitos escravos, dessa forma, “muitos chegavam a justificar a escravidão, argumentando que graças a ela os negros eram retirados da ignorância em que viviam e convertidos ao cristianismo” (Costa, 2010, p.13). Os horrores da escravidão começavam quando as pessoas eram raptadas de suas aldeias ou vendidas como espólio de guerras tribais e se agravava na travessia de uma costa à

outra do Atlântico, feita nos navios negreiros, viagem extremamente degradante para os escravizados. As naus eram cheias de sujeira, de ratos e de piolhos. As pessoas não eram decentemente alimentadas e muitas não resistiam às doenças contraídas nas viagens, principalmente as crianças. Joaquim Nabuco cita as palavras de um português que observava o desembarque daqueles navios.

Desta forma relata Nabuco (2000):

Quando o navio chegava ao porto de destino – uma praia deserta e afastada – o carregamento desembarcava e, à luz clara do sol dos trópicos, aparecia uma coluna de esqueletos cheios de pústulas, com o ventre protuberante, as rótulas chagadas, a pele rasgada, comidos de bichos, com o ar parvo e esgazeado dos idiotas. Muitos não se tinham em pé; tropeçavam, caíam e eram levados aos ombros como fardos. (p. 99).

Além dos africanos traficados, compunha a população negra escravizada os indivíduos nascidos no país, chamados de “crioulos”. Ressaltando o poder das palavras, a jornalista Rosana Jatobá demonstra como a palavra “crioulo” já trazia em si um componente de humilhação: “palavras não são inocentes, elas são armas que os poderosos usam para ferir e dominar. Os brancos norte-americanos inventaram a palavra ‘niger’ para humilhar os negros... Em tempo: aqui no Brasil, quando alguém quer inferiorizar um negro, usa a palavra crioulo.” (Jatobá, 2013, p. 19). Ainda na época atual a palavra “crioulo” é carregada de preconceito e determina como a pessoa que por ela é denominada está posta em um lugar inferior.

Uma questão que nem sempre é destacada é que a massa dos escravizados no Brasil não era homogênea. Os africanos que para aqui foram trazidos vinham de várias nações da África, com línguas e culturas diferentes. Inclusive os negros nascidos nas Américas, demonstravam algumas diferenças em relação aos negros trazidos da África. José Roberto Góes e Manolo



Florentino (2018) citam Henry Koster, inglês que se tornou senhor de engenho no Nordeste brasileiro: “acredita-se geralmente que os negros crioulos e os mulatos aprendem mais depressa um ofício do que um africano. Essa aptidão superior de aproveitar o que aprendem é, sem dúvida, devido ao conhecimento desde a infância com a linguagem e maneiras dos amos.” (p. 188). Assim, segundo a visão do estrangeiro, o escravizado negro nascido no Brasil era menos burro que o africano e isso se dava pelo convívio com seus senhores brancos. Além da maior possibilidade de aprender, outra característica, que na visão do inglês, diferenciava o escravizado crioulo do africano, era a insubmissão e a inconformação com sua situação de cativo, “...longe de submeter-se humildemente à situação em que nasceram, eles [os crioulos] roem o freio da escravidão com impaciência...” (Goes e Florentino, 2017, p.28). Destacar a heterogeneidade e a multiplicidade da população negra se faz necessário para uma melhor compreensão da complexidade dos fatores humanos e culturais ligados à formação da sociedade brasileira.

Além dos argumentos religiosos, teorias pseudocientíficas serviam de base para o estabelecimento e manutenção da escravidão. Raymundo Nina Rodrigues que foi o intelectual responsável pelos primeiros estudos sobre os negros no Brasil foi influenciado pelas teorias do *darwinismo social* que afirmavam a inferioridade da raça negra em relação à raça branca. Nina escreveu um livro importante sobre a presença dos negros no Brasil: *Os Africanos no Brasil*. A motivação do trabalho de Nina em relação à formação da sociedade brasileira era mensurar o quanto o Brasil seria prejudicado em seu desenvolvimento pela mistura de brancos com negros no processo de miscigenação.

Conforme, Nina Rodrigues (2008):

O que importa para o Brasil determinar é o quanto de inferioridade lhe advém da população negra que possui a dificuldade de civilizar-se e se essa inferioridade fica

totalmente compensada pela miscigenação, processo natural pelo o qual os negros estão se integrando ao povo brasileiro, para a grande massa de sua população de cor. (p.238).

Essas teorias colocavam em dúvida a possibilidade de o Brasil assimilar plenamente as ideias desenvolvidas na Europa e nos EUA, inclusive no que diz respeito aos pressupostos do capitalismo, já que as qualidades para a implantação deste sistema são atribuídas à racionalidade e espírito dos brancos. Levando em consideração as ideias raciológicas, os brancos demonstram força, persistência, previdência, gosto pelo trabalho e são peritos em cálculo, atitudes que são praticadas por aqueles que querem “vencer na vida”. A preocupação com a “mulatização” dos brancos no Brasil se dava pelo fato de os “mulatos”, em detrimento dos brancos, serem preguiçosos, dengosos, amigos da extravagância e sem espírito de luta, economia e ordem. Um país em que a maioria da população apresentasse essas características estava fadado ao fracasso.

Alinhado ao *darwinismo social* está o *racismo científico*, que buscava nas *teorias eugênicas* suas principais bases, desta forma: “as chamadas teorias eugênicas - que defendiam a superioridade de uma raça sobre outra – também serviam como principais motes para o desenvolvimento do racismo científico.” (Schumacher e Brazil, 2013, p. 12). O racismo científico era mais um fator de legitimação da escravidão.

Conforme explica, Munanga (1988, citado por Jango, 2017):

O racismo científico foi, de certo modo, institucionalizado com a fundação em Paris, em 1859, da Sociedade de Antropologia. Aspectos físicos passaram a se relacionar aos culturais, ou seja, pescoço, nariz, pernas, dedos e órgãos sexuais do

negro foram analisados e considerados provas da sua diminuição intelectual, moral, social, política etc. (p. 18).

Essas ideias, que à época funcionaram muito bem para esconder os objetivos econômicos e imperialistas das metrópoles, também foram expressas na literatura brasileira, quando em *O Cortiço*, publicado em 1890, Aluísio de Azevedo (1997) apresenta Jerônimo, imigrante português que chega ao Brasil trazendo todas as virtudes oriundas de sua etnia “branca” europeia, que ao amigar-se com uma “mulata”, sofre uma “brasileirização”, que faz com que seu destino seja de pobreza junto à população mestiça com quem convive em um cortiço. Em contraponto à situação de Jerônimo, o livro apresenta João Romão, patricio de Jerônimo, mas que tomando a decisão de não se misturar com os negros, inclusive se apartando de uma negra com quem viveu parte da vida, ascende socialmente.

Apesar de na Constituição de 1824 constar um artigo que se alinhava com a declaração francesa dos direitos do homem, que tinha a liberdade de todos os homens como um de seus principais postulados, no Brasil esta proposta não se transformou em realidade.

É o que nos diz Costa (2010):

Na época da Independência, os escravos viram suas aspirações à liberdade frustradas. Se bem que a Carta Constitucional de 1824 incluísse um artigo transcrevendo a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* (cópia quase idêntica à original francesa de 1789), na qual se afirmava que a liberdade era um direito inalienável do homem, manteve-se escravizada quase a metade da população brasileira. A Constituição ignorou os escravos. Sequer reconhecia sua existência. A eles não se aplicavam as garantias constitucionais. (p.16).

Segundo Florentino e Góes (2017) a lei só tinha valor para o negro quando se relacionava à sua punição. Também era apenas nesse momento que sua humanidade era considerada: “mas apenas reconhecia a humanidade no escravo por ocasião do crime, pois, afinal, nenhuma outra propriedade é punível. Pode-se dizer, portanto, que o crime era o primeiro e único ato do escravo que o humanizava – na lei.” (Florentino e Góes, 2017, p.25). É inevitável vincular esses acontecimentos passados com a realidade presente da população negra no Brasil, no que diz respeito à sua criminalização e encarceramento. O próprio governo brasileiro, representado em sua Câmara de Deputados Federais, em matéria publicada em sua página na internet no dia 06/08/2018, reconhece a diferenciação de raças.

É o que está registrado em Calvi (2018):

Além da precariedade do sistema carcerário, as políticas de encarceramento e aumento de pena se voltam, via de regra, contra a população negra e pobre. Entre os presos, 61,7% são pretos ou pardos. Vale lembrar que 53,63% da população brasileira têm essa característica. Os brancos, inversamente, são 37,22% dos presos, enquanto são 45,48% na população em geral.

Foi somente a partir do século XVIII, com o surgimento das ideias revolucionárias na Europa, que passaram a questionar a autoridade da igreja e o poder dos reis, onde também, incidiu-se a luta pelo reconhecimento e garantia dos direitos naturais do homem, tendo como alguns dos direitos mais importantes, “o direito de propriedade, de liberdade e de igualdade de todos perante a lei” (Costa, 2010, p.14), que passou-se à luta pela abolição da escravatura, que no Brasil só se realizou, tardiamente, à 13 de maio de 1888, com a assinatura da Lei Áurea, pela princesa Isabel, quando o país já não resistiu mais às pressões europeias para que mudasse o modo de produção escravagista pelo capitalista. A questão é que apesar do fim da escravidão

em termos legais a população negra no Brasil continua amargando suas consequências. Depois da abolição poucas medidas foram estabelecidas para inserir com dignidade o negro na sociedade brasileira. A desigualdade racial se perpetuou condenando o negro à exclusão social. A desigualdade social baseada na raça é a nova roupagem da escravidão.

#### **4 VIOLÊNCIAS SEXUAIS CONTRA AS MULHERES NEGRAS ESCRAVIZADAS NO BRASIL**

Neste ponto da pesquisa temos a intenção de destacar como as escravas negras foram vítimas de violências sexuais em todo o período da escravidão no Brasil, demonstrando as múltiplas opressões por elas sofridas, as quais ainda se reproduzem contra mulheres negras sociedade brasileira mesmo que em contextos diferentes. Infelizmente não tivemos acesso a testemunhos diretos produzidos pelas próprias escravas a respeito destes crimes dos quais foram vítimas até porque a história é contada pelos vencedores. Contudo, o trabalho de historiadores e sociólogos nos apresentam um panorama de como se davam as relações de exploração das escravas dentro da sociedade senhorial brasileira.

Segundo Schumacher e Brazil (2013) já dentro dos navios negreiros, as mulheres escravizadas passavam a ter acrescido sobre si e sobre seus corpos, um outro tipo de opressão além do serem escravas, era a violência sexual. Sendo assim possível pensar que a presença da exploração e da objetificação sexual da mulher negra ligada à história do Brasil tem sua origem antes mesmo dessas mulheres aportarem no País.

Assim registram Schumacher e Brazil (2013):

Às mulheres, por vezes, era dispensado um tratamento diferenciado. Eventualmente, elas podiam permanecer no convés, onde o ar puro e a retirada dos ferros dos tornozelos aliviavam as duras condições da viagem. Porém esse ‘privilégio’ também as deixava à mercê dos marinheiros que se serviam sexualmente delas a qualquer hora do dia. (p. 16).

As terríveis experiências da apropriação de seus corpos por meio da força e da relação de poder já vivenciadas no transporte para o Brasil iniciava o processo de objetificação da humanidade da mulher negra que seria estabelecido, desenvolvido e mantido na sociedade brasileira. O início da sociedade brasileira coincide com o início da objetificação, violência e exploração da mulher negra.

Conforme Schumacher e Brazil (2013) estima-se que entre os séculos XV e XIX cerca de 15 milhões de pessoas foram movidas dos países africanos para os das Américas, sendo que desse número, 4 milhões foram trazidas para o Brasil. Assim que eram desembarcadas, cambaleantes pela terrível viagem e ainda sem mesmo ter exata noção de onde estavam, eram levadas para os armazéns onde seriam leiloadas e arrebatadas, depois de terem passado por um tempo de engorda e recomposição. Seus corpos eram inspecionados, sobretudo os dentes, queria-se verificar sua força, saúde e capacidade para o trabalho pesado ao qual seriam destinadas. Em relação às mulheres, “nos corpos das mulheres, projetavam um futuro de exploração física e sexual” (Schumacher e Brazil, 2013, p. 23). O valor das negras tinha como um dos fatores determinantes as belezas de seus corpos:

Pelas correspondências trocadas entre eles, é possível deduzir o tipo de cativo mais procurado: os ‘moleques’ ou ‘molecões’, com pouca ou nenhuma barba. Quando não conseguiam comprá-los, optavam por ‘molecas de peito atacado’ ou ‘peito em pé’. Por exemplo, em 1732, uma negra mina de peito em pé foi avaliada, no Brasil, em cem mil réis, um valor acima da média, por ser jovem e ter uma aparência saudável. (Schumacher e Brazil, 2013 p. 14).

Assim os donos das fazendas buscavam não apenas força de trabalho, mas, também, fonte de satisfação sexual. As negras que mais agradavam eram conduzidas para serem exploradas nos lares de seus senhores.

Em *Casa-grande e Senzala*, livro que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso considera como um dos inventores do Brasil: “casa-grande e Senzala foi, é e será referência para a compreensão do Brasil” (Cardoso, 2013, p. 80), Gilberto Freyre (2013), apresenta como as escravizadas eram usadas e abusadas pelos integrantes das famílias de seus senhores. Citando a relação com as negras dentro da casa-grande, Freyre (2013) diz o seguinte: “Da mulata que nos tirou o primeiro bicho-de-pé de uma coceira tão boa. Da que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama de vento, a primeira sensação completa de homem.” (p. 367). No livro, Freyre (2013) fala inclusive da fixação e predileção que alguns jovens descendentes de europeus criaram pelas escravizadas o que fazia com que para que os mesmos se excitassem e se interessassem por suas recentes esposas brancas era preciso levar para a cama um trapo impregnado com o cheiro das negras, suas amantes. Já nessa época se fazia distinção entre as escravizadas, as que pareciam aos senhores as mais bonitas, as quais tinham traços mais semelhantes aos das europeias, essas deveriam figurar dentro da casa-grande para satisfazer de todas as formas a seus senhores.

Assim nos diz Freyre (2013):

Oliveira Viana cita Luís Vaia Monteiro, governador do Rio de Janeiro em 1730...: ‘e pela mesma razão não há mineiro que possa viver sem uma negra Mina, dizendo que só com elas têm fortuna. Foram essas Minas e as Fulas – africanas não só de pele mais clara, como mais próximas, em cultura e ‘domesticação’ dos brancos



-as mulheres preferidas em zonas de Minas Gerais, de colonização escoteira, para serem ‘amigas’, ‘mancebas’ e ‘caseiras’ dos brancos.” (p. 389).

A voracidade com a qual os senhores atacavam as escravas para fins sexuais era extrema. Mal adentravam a adolescência, já eram transformadas em objeto sexual.

É o que descreve Giacomini (1988):

O desenvolvimento físico da escrava adolescente marca a passagem da escrava “animal de estimação” para escrava “objeto sexual”, com suas inevitáveis consequências na relação senhora-escrava. A ideologia corrente que associa a negra ao prazer sexual do branco, identificando em seu corpo o agente do estupro institucionalizado, fez recair também sobre a escrava, como se não bastasse a objetificação sexual, inconfessáveis sentimentos de inveja das senhoras. (p.79).

Esse contato sexual, que não tinha nada de cordial, terminou sendo utilizado como uma das bases para a formação do mito da cordialidade e da democracia racial brasileira.

Diz o seguinte Costa (1998):

As pretas utilizadas no serviço doméstico eram escolhidas, em geral, entre as mais bonitas. Das inúmeras relações irregulares havidas entre brancos e negras resultava uma população de mestiços que também se diferenciavam da multidão dos trabalhadores da roça. Constituíam para as mães motivo de orgulho. O mulato, fruto

de amores escusos, é servido antes dos outros, mais acariciado e mais bem vestido que os demais. (p. 266).

A professora Amanda Braga (2015), em seu livro *História da Beleza Negra no Brasil*, indica que a soma dos fatores estabelecidos nas relações entre brancos e negros no Brasil, no regime escravocrata, compõe o quadro que apresenta uma realidade muito distante de ser harmoniosa.

Conforme Braga (2015):

A promiscuidade presente nas relações entre senhores e escravas, um sem número de filhos ilegítimos espalhados pelo sistema, o sangue branco misturado ao suor negro, a seleção minuciosa de negras destinadas ao trabalho doméstico, os ciúmes despertados nas senhoras, bem como os crimes cometidos em nome dessa rivalidade, são fatores que compõem um mesmo quadro: é o retrato da relação estabelecida entre brancos e negros num Brasil escravocrata, sobre a qual perpassaram, desde sempre, o corpo e o sexo. (p. 68).

Dentro do seio da família colonial desenvolveu-se um exotismo no tratamento do negro ao ponto de até se acreditar que o sexo realizado com uma negra virgem era tratamento para cura de sífilis. E assim a doença foi transmitida de dentro da casa-grande para a senzala: “negras tantas vezes eram entregues virgens, ainda molecas de doze ou treze anos, a rapazes brancos já podres de sífilis das cidades. Porque por muito tempo no Brasil a crença de que para o sifilítico não há melhor depurativo que uma negrinha virgem.” (Freyre, 2013, p. 399). Acrescente-se então mais este flagelo à situação da negra escravizada.

À época as violências sexuais cometidas por senhores e seus descendentes contra as escravizadas não eram consideradas estupro, pois os escravos não possuíam cidadania, não eram detentores de direitos: “muitas vezes os homens não seguravam seus ímpetos e atacavam aquelas que estavam bem próximas. O alvo eram as escravas da casa-grande, que acabavam vítimas de estupro, assédios diários, ou se viam obrigadas à uma vida de amásias e concubinas.” (Schumacher e Brazil, 2013, p. 27).

As leis brasileiras não reconheciam estes crimes contra as escravas como estupro. Thaís de Camargo Rodrigues nos apresenta um caso analisado por Janaína Paschoal.

Assim registra Rodrigues (2013):

Um caso emblemático, analisado por Janaína Paschoal, é o da escrava Honorata. Embora comprovadamente estuprada por seu senhor quando tinha cerca de 12 anos de idade, não houve por parte do Poder Judiciário qualquer tipo de punição. O juiz de primeira instância pronunciou o acusado, porém a relação de Pernambuco, com o voto do desembargado Freitas Henrique, anulou o feito *ab initio*, alegando desde questões formais, como a proibição de a escrava dar seu depoimento em juízo sem ser representada pelo senhor, até a razão absurda de que não poderia haver crime de estupro contra uma escrava, uma vez que o tipo penal exigia duas pessoas livres. Conforme leciona Paschoal, trata-se de mais um caso de interpretação viciada da legislação penal e processual vigente à época. (p.56).

Se faz importante destacar que esses crimes não demonstravam apenas um tipo de violência individual em casos dissociados uns dos outros, eles revelam a estrutura social do patriarcado sobre o qual foi desenvolvida a sociedade brasileira.

Como destaca Carneiro (2006):

[...] mesmo que geralmente sorrateiras, silenciadas e às vezes até negociadas, as relações sexuais de senhores proprietários e propriedades cativas não seriam resultantes de desvios individuais ou anomalias sociais [...]. Ou, ainda, pensando em sua cotidianidade, seriam mais um gesto violento e naturalizado de soberania do patriarcado escravocrata. (p. 18).

Considerando que a despeito de que à época em que vigorou escravidão havia uma preocupação com a miscigenação que poderia fazer da nação brasileira uma sociedade inferior, fadada ao fracasso, por ter em sua população a presença de genes negros em alta porcentagem, é irônico constatar que foram exatamente os atos de violência sexual, que na visão de alguns simbolizou o encontro cordial das raças, praticados por esta sociedade (entenda-se aqui sociedade como: senhores brancos, seus filhos, esposas dos senhores e clérigos) contra as negras, que fizeram com a maioria da população brasileira tenha se consolidado em negros.

Sueli Carneiro, filósofa, doutora em Educação e ativista das causas raciais, apresenta esta questão da seguinte forma:

Em primeiro lugar, a miscigenação vem dando suporte ao mito da democracia racial, na medida em que o intercuro sexual entre brancos, indígenas e negros seria o principal indicativo de nossa tolerância racial, argumento que omite o estupro colonial praticado pelo colonizador sobre mulheres negras e indígenas, cuja extensão está sendo revelada pelas novas pesquisas genéticas que nos informam que 61% dos que se supõem brancos em nossa sociedade têm a marca de uma ascendente negra ou índia no DNA, na proporção de 28% e 33%, respectivamente. (Carneiro, 2011, p. 66).

Dentro da casa-grande o estupro não era o único crime sem punição praticado contra as escravizadas. Enfurecidas pelos relacionamentos espúrios que seus maridos desenvolviam com as mucamas (escravizadas de casa), muitas senhoras, enciumadas e com rancor sexual, impunham todo tipo de tortura e crueldade às escravizadas.

Isso é o que nos apresenta Freyre (2013):

Sinhás-moças que mandavam arrancar os olhos de mucamas bonitas e trazê-los à presença do marido, à hora da sobremesa, dentro de compoteira de doce e boiando em sangue ainda fresco. Baronesas já de idade que por ciúme ou despeito mandavam vender mulatinhas de quinze anos a velhos libertinos. Outras que espatifavam a salto de botina dentaduras de escravas; ou mandava-lhes cortar os peitos, arrancar as unhas, queimar a cara ou as orelhas. (p. 421).

Lorena Féres da Silva Telles (2013), no livro *Libertas entre sobrados: mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880-1920)*, destaca como as violências físicas e sexuais cometidas contra as negras escravizadas dentro das casas-grandes se reproduziram no ambiente do trabalho doméstico ainda nos últimos anos da escravidão e os primeiros anos do pós-escravidão. A pesquisadora verificou que neste período grande número de empregadas domésticas, em sua maioria negras livres de todas as cores, deixavam seus empregos sem motivos declarados. A questão era saber os motivos que levavam estas mulheres a abandonar seus trabalhos. À época existia um silenciamento tanto por parte dos patrões, como por parte da polícia em relação a estes motivos, a polícia estava envolvida, pois a saída sem aviso prévio iniciava um processo policial contra a doméstica.

Esse contexto é apresentado por Telles (2013):

O silenciamento dos patrões quanto às motivações das criadas que se demitiam “por motivo ignorado” ou “por não querer continuar” evidencia a recusa das mulheres aos “maus comportamentos” de patroas, patrões e familiares: a ‘exigência de serviços que não os do contrato, ou de outros que forem contrários as leis, à moral e aos bons costumes’, as ‘servicias ou maus tratos’ perpetrados pelos patrões e previstos pela Postura Municipal de 1886 como “causas justas” para a saída dos criados nunca foram mencionados nos livros de polícia. (p. 168).

Telles (2013) apresenta as pesquisas do historiador Boris Fausto que transcreveu um processo criminal que envolvia uma jovem doméstica em 1909, que retrata como o sistema patriarcal desenvolvido na época da escravidão, no qual a escravizada era usada para a iniciação na vida sexual dos filhos dos senhores, passava agora a se reproduzir dentro das casas dos patrões.

Assim registra Fausto (1984, citado por Telles, 2013):

Joana das Neves, de 16 anos, conta que desde que começou a trabalhar há uns quinze dias o filho também menor dos patrões a apalpava. Em uma noite, Haroldo entrou em seu quarto e desvirginou-a, sob a ameaça de cortá-la com um canivete. O pai de Joana diz que a filha voltou para casa narrando o ocorrido, trazendo-lhe ainda uma camisa manchada de sangue. Foi interpelar a família do indiciado, mas disseram-lhe que ‘aquilo era mentira’. (p. 169).

Esses crimes sexuais estavam tão carregadas de preconceitos e estigmas que em muitos casos as vítimas não tinham sequer a coragem de recorrer às autoridades, ainda que, segundo nos informa Chalhoub (1990), na cidade do Rio de Janeiro, em 1838 foi criado o Código de

Posturas que direcionava as autoridades para que vigiassem, “o mau tratamento e crueldades que se costumam praticar com escravos, indicando os meios de preveni-los, e dando de tudo parte à Câmara.” (Chalhoub, 1990, p. 201). Contudo, as autoridades tratavam com bastante indulgência os criminosos, pois na maioria das vezes as mulheres que sofriam os crimes, eram africanas, ex-escravas, descendentes de escravas, mulheres livres ou imigrantes muito pobres que agora eram submetidas a um tipo de escravidão disfarçada: “a resistência a recorrer à autoridade policial por parte de um segmento da população tão discriminado cujas figuras femininas, agora sim, na ótica da elite, não tinham honra a preservar.” (Fausto 1984, citado por Telles, 2013, p. 171). E assim a sociedade brasileira foi construindo a imagem e determinando o lugar e o papel para a mulher negra no país. Essa seria a mulher de ascendência africana, que por natureza é lasciva e libertina, aquela que não tem honra a perder. Conforme Paixão e Gomes (2012): “afinal há silêncio na história de ontem e de hoje; sobre o papel das relações de gênero e raça no passado escravista – entre a imagem da mucama e a suposta permissividade sexual – nas primeiras décadas da abolição com estigmatização e a erotização do corpo da mulher negra”. (p. 297).

Ainda dando visibilidade a este aspecto da história do Brasil, Flávia Fernandes de Souza (2012) destaca que as relações que marcavam o trabalho doméstico que se seguiu a escravidão se manifestavam da seguinte forma: “a proximidade no convívio com o senhor/patrão e a sua família envolvida nos trabalhos excessivos, maus-tratos, suspeitas e acusações, vigilância constante, punições injustas e toda sorte de violências físicas sexuais e morais.” (p. 256). Souza (2012) historiadora que pesquisou as regulamentações das relações de trabalho doméstico no Brasil no final da época da escravidão e em seus primeiros anos posteriores afirma:

ao seguir no processo de crise e do fim de formas tradicionais de domínio social, a problemática da regulamentação do serviço doméstico, nos termos colocados no final do século XIX, indica a existência de relações de contiguidade sociais e simbólicas entre a escravidão e o trabalho doméstico na história do Brasil” (p. 259).

A violência sexual praticada contra as mulheres negras escravizadas também se praticava dentro das senzalas nas relações que por imposição dos senhores se realizavam com homens negros do plantel. Muitas vezes a violência era contra sua subjetividade amorosa, quando eram obrigadas a se relacionar com homens negros escravizados escolhidos pelo seu proprietário.

Isso é o que relatam Florentino e Goés (2017):

O grande senhor rural se opõe ao casamento dos cativos e, ao mesmo tempo, faz vista grossa em relação a seus amancebamentos. Isto quando o pleno exercício de sua prepotência não o leva a, de maneira discricionária, escolher os futuros amantes que passarão a viver como marido e mulher, porém à margem dos santos sacramentos. (p. 89).

Outro tipo de relação que se impunha pelos senhores a negros e negras, este, com fins puramente econômicos e patrimoniais, dizia respeito à reprodução de crias. É um dos momentos em que mais se evidencia a objetificação e reificação da existência da mulher negra na época da escravidão.

Conforme Santos, Milani e Perez (2019):

A grande taxa de mortalidade entre escravos, sobretudo dos recém-nascidos e dos infantes, representava prejuízos para os senhores. Estas mortes não despertavam



compaixão, mas um sentimento de perdas financeiras e de força de trabalho que precisavam ser compensados. Uma das soluções para esse problema era extremamente perversa: devido ao desequilíbrio entre os sexos (na maioria das vezes o número de homens era maior do que o de mulheres), muitas vezes o senhor determinava que uma escrava mantivesse relações sexuais com vários homens escravos para satisfazer duas questões: a primeira era que essa mulher deveria ser um objeto onde os escravos descarregassem suas tensões, o que lhes distrairia em relação às pretensões de fuga; a segunda era produzir novos escravos, pois mais força de trabalho era sinônimo de mais patrimônio. (p. 40).

Esta realidade de tratar a mulher negra escrava como um animal reprodutor foi, também, registrada pelo francês Debret (1972):

Como um proprietário não pode, sem ir de encontro à natureza, impedir aos negros de frequentarem as negras, tem-se por hábito, nas grandes propriedades, reservar uma negra para cada quatro homens: cabe-lhes arranjar-se para compartilharem sossegadamente o fruto dessa concessão, feita tanto para evitar os pretextos de fuga como em vista de uma procriação destinada a equilibrar os efeitos da mortalidade. (p.196).

As violências sofridas foram não apenas físicas, mas simbólicas. Assim foi colocado sobre as mulheres negras o estigma que as qualificava como fogosas, “mulatas” fáceis, desejosas de ceder aos caprichos sexuais de seu senhor. Inclusive essa dita volúpia por sexo atribuída às escravizadas negras, poderia ser usada para justificar os abusos sexuais cometidos

por seus proprietários, que assim poderiam figurar como inocentes que não resistiram aos feitiços sensuais das escravas, como relata Sônia Giacomini: “a exaltação sexual da escrava e o culto à sensualidade da mulata, tão caros à nossa cultura branca e machista, vistos sob um novo prisma, mais do que explicar os ataques sexuais às escravas, parecem cumprir uma função justificadora do senhor de escravos enquanto vítima da lascívia ‘natural’.” (Giacomini, 1988, p. 66). Estas foram marcas atribuídas às escravizadas e que ainda hoje se impõe à mulher negra ligando-a ao erotismo, à luxúria e a depravação sexual. Contudo, na visão de Gilberto Freyre, os rituais ligados à sexualidade desenvolvidos pelos negros, na verdade são um indicativo da necessidade de vários tipos de estímulos para a excitação, bem diferentes da volúpia dos brancos: “é uma sexualidade, a dos negros africanos, que para excitar-se necessita de estímulos picantes. Danças afrodisíacas. Culto fálico. Orgias. Enquanto no civilizado o apetite sexual de ordinário se excita sem grandes provocações”. (Freyre, 2013, p. 389). Na opinião de Freyre (2013) é extrema injustiça responsabilizar a dita corrupção sexual da sociedade brasileira às negras ou às indígenas como alguns propunham e ainda propõe. Na opinião de Freyre (2013) a promiscuidade sexual estabelecida no Brasil se deve ao sistema escravista:

É absurdo responsabilizar o negro pelo que não foi obra sua nem do índio, mas do sistema social e econômico em que funcionaram passiva e mecanicamente. Não há escravidão sem depravação sexual. É da essência mesma do regime. Em primeiro lugar, o próprio interesse econômico favorece a depravação criando nos proprietários de homens imoderado desejo de possuir o maior número possível de crias. Joaquim Nabuco colheu em um manifesto escravocrata de fazendeiro as seguintes palavras, tão ricas de significado: ‘a parte mais produtiva da propriedade escrava é o ventre gerador. (p.399).

Outro aspecto marcante na exploração sexual sofrida pelas escravizadas negras, foi o fato de muitas terem sido obrigadas a se prostituir para gerar nova fonte de ganho para seus proprietários.

Vejamos o que relatam Schumacher e Brazil (2013):

Para atrair potenciais clientes, as senhoras enfeitavam as jovens com joias, anéis e rendas finas. Na década de 1860, a pequena Honorata, então com 12 anos de idade, foi forçada à prostituição na Bahia. Durante sete anos, pagou semanalmente a soma estipulada por sua senhora, que conseguiu comprar casa, roupas e comida com os recursos obtidos pela jovem. (p. 27).

Também acontecia de compradores entregarem suas escravas a bordeis onde, de alguma forma, terceirizavam o serviço de cafetinagem.

Continuam Schumacher e Brazil (2013):

A mulata baiana Corina, de 20 anos, fora comprada em 1867 por um fornecedor da cidade do Rio de Janeiro, que a entregou a uma proprietária de bordel. Ali, segundo testemunho dos seus frequentadores, a dona possuía uma coleção de belíssimas [...] mulatinhas escravas [...] todas mais ou menos claras [...] todas moças, quase impunes. (p. 27).

Conforme destaca Freyre (2013), até mesmo crianças eram usadas neste terrível comércio, contraindo inclusive doenças trazidas por marinheiros europeus:

Às vezes negrinhas de dez, doze anos já estavam na rua se oferecendo a marinheiros enormes, grangazás ruivos que desembarcavam dos veleiros ingleses e franceses, com uma fome doida de mulher. E toda essa superexcitação dos gigantes louros, bestiais, descarregava-se sobre molequinhas; e além das superexcitações, a sífilis; as doenças do mundo – das quatro partes do mundo; as podridões internacionais do sague. (p. 537).

Thaís de Camargo Rodrigues (2013), mestre em Direito penal pela Universidade de São Paulo, também apresenta em seu livro *Tráfico Internacional de Pessoas para Exploração Sexual*, este tema da prostituição de negras escravizadas: “a existência de escravas prostitutas era prática comum no Rio de Janeiro do século XIX. Segundo relata Cristina Schettini Pereira, os ‘senhores’ dessas escravas eram, em regra, mulheres brasileiras e portuguesas sem muitos recursos.” (Rodrigues, 2013, p. 56). Com o passar do tempo ações foram sendo propostas para coibir esta exploração.

Conforme nos informa Rodrigues (2013):

Nesse cenário, a partir do século XIX, advogados abolicionistas propunham *Ações de Liberdade* em favor das escravas para coibir essa prática. O argumento, baseado no direito romano, era o de que, por mais amplo que fosse o direito do senhor à propriedade, este não poderia vir constituir ofensa à lei e aos costumes. Ou seja, forçar escravas à prostituição justificava a perda da propriedade. (p. 57).

Segundo Freyre (2013) até mesmo membros do clero praticaram as mesmas ações depravadas contra as escravizadas, quando as submetiam através de uma relação de poder não só de caráter senhor/escravo, proprietário/propriedade, mas de cunho religioso.

Indica Freyre (2013):

Através dos séculos XVII e XVIII e grande parte do XIX continuou o livre arregaçar das batinas para o desempenho de funções sexuais quase patriarcais, quando não para o excesso de libertinagem com negras e mulatas. Muitas vezes por trás dos nomes mais seráficos deste mundo – Amor Divino, Assunção, Monte Carmelo, Imaculada Conceição, Rosário – dizem-nos certos cronistas que, em vez de ascetas angustiados pelo voto de virgindade, floresceram garanhões formidáveis. (p. 532).

Muitos padres viviam como verdadeiros senhores de engenho e desenvolviam o que Gilberto Freyre (2013) chamou de “patriarcalismo torto dos clérigos” (p. 534). Na visão de alguns membros da sociedade colonial e imperial, esse patriarcalismo clérigo era torto por algumas razões. Primeiro porque se constituía em infidelidade aos votos de castidade, depois por se revelar em verdadeira imoralidade ao usar de forma libertina não só escravizadas, mas “outras mulheres”, porém, uma das maiores preocupações estava no fato de esses padres que tinham posses correrem o risco de deixarem herança para os filhos “mulatos”.

Continua Freyre (2013):

Luis dos Santos Vilhena, o erudito professor régio de língua grega nos tempos coloniais, enxergava sério inconveniente no patriarcalismo torto dos clérigos... ‘Há eclesiásticos e não poucos’ informa Vilhena, ‘que por aquelle antigo e mau habito, sem lembrarem-se do seu estado e caráter, vivem assim em dezordem com mulatas e negras de quem por morte deixam os filhos por herdeiros de seus bens; e por estes e semelhantes modos vem a parar nas mãos de mulatos presunçosos, soberbos e vadios

muitas das mais preciosas propriedades do Brasil, como são aqui os engenhos que em breve tempo se destroem com gravíssimo prejuízo do Estado [...]. (p. 534).

Para Elânia Francisco Lima (2018) que trabalhou um tema que envolve a sexualidade da mulher negra e produziu a dissertação: *Negritudes, adolescências e afetividades: experiências afetivo-sexuais de adolescentes negras de uma periferia da cidade de São Paulo*, é fundamental destaca o que foi a realidade de exploração e opressão sofrida pelas negras na época da escravidão para compreender como essa herança pode interferir nas vivências afetivas de suas descendentes na atualidade.

Assim diz Lima (2018):

Recordar o modo como o corpo da menina negra púbere era tratado no período escravista nos proporciona uma reflexão sobre o percurso histórico da construção de vivências afetivo-sexuais de adolescentes negras da atualidade, uma vez que muitas crenças desse período ainda estão no imaginário de boa parte da população brasileira. (p. 34).

É preciso destacar que a escravidão e a objetificação a que as mulheres africanas e suas descendentes foram submetidas nunca foram aceitas pelas mesmas com naturalidade, passividade e sem resistência. Segundo Schwarcz e Starling (2015) “os escravizados jamais abriram mão de serem agentes e senhores de suas vidas” (p. 97). A vida era desafio. Para as mulheres oriundas da África as condições de sobrevivência debaixo do regime de escravidão no Brasil eram extremamente precárias. A realidade era de trabalhos forçados, violências físicas, sexuais e psíquicas.

Sobre estas questões nos afirma o seguinte Dias (2012):

Seguir vivendo em ambiente tão hostil exigiu força, inteligência, capacidade de adaptação e, sempre que possível, rebeldia. É como se, a todo o momento, fosse preciso inventar formas de não morrer, não adoecer e não enlouquecer enquanto serviam a seus senhores. (p. 360).

Ainda em territórios africanos encontramos mulheres que exerceram protagonismo na resistência ao colonialismo português que tencionava se assenhorar das terras invadidas e transformar seus habitantes em escravos tanto para consumo interno como para a exportação de mão de obra para outros continentes. Dentre estas mulheres, uma delas se tornou símbolo do orgulho do povo angolano, a rainha Jinga. Conforme Laurentino Gomes (2019), verdade e lenda se misturam na história de Jinga que teria sido filha de um dos soberanos dos povos que abitavam o que hoje é a Angola.

Jinga se tornou comandante de um exército que resistiu à dominação portuguesa, é o que nos apresenta Gomes (2019):

Jinga passou a comandar um conflito de guerrilhas com as autoridades coloniais, atacando os agentes do tráfico (os pombeiros) e seus comboios de escravos (os libambos) que seguiam do interior para o litoral, prejudicando, assim, a principal atividade econômica dos portugueses. (p. 396).

No Brasil, as mulheres negras escravizadas desenvolveram várias formas de resistência contra o poder dos senhores. Resistir tanto era uma forma de sobreviver como de preservar

raízes culturais. Francinete Poncadilha Pereira (2016) estudou as formas de resistência de mulheres escravizadas no Maranhão no século XIX e nos apresenta o segue:

A condição e a participação da mulher escrava na sociedade escravista no Maranhão do século XIX revela o cotidiano e as formas particulares de resistência, tais como o suicídio, o aborto, o infanticídio e uso do seu próprio corpo. Vale destacar que a mulher escrava participava também ativamente das práticas de divertimento (que eram vistas como vadiagens pelos senhores), dos furtos, fugas e rebeliões como formas ou mecanismos utilizados pelos cativos para lesar os seus senhores. (p. 12).

Desenvolvendo o tema da resistência das mulheres negras escravizadas contra as violências dos senhores, Maria Odilia Dias (2012), em seu artigo *Resistir e Sobreviver*, relata algumas táticas de sobrevivência praticadas pelas escravizadas: as fugas, sobretudo quando se achavam em iminência de serem vendidas e separadas de seus filhos, a religião, a magia que além de exercerem importante papel agregador na vida comunitária funcionavam para preservar os costumes vindos da África, os cantos entoados nas horas de trabalho que amenizavam a dureza da lida ao tempo que evocavam os deuses pedindo força para resistirem aos castigos. Também, o ludibriar seus senhores na colheita do algodão, além do uso do conhecimento das ervas para envenenar seus senhores. Essas ações além de provocarem prejuízos aos donos de escravos, demonstravam rebeldia, desobediência e inconformidade com a forma como eram tratadas em sua dignidade e em seus corpos.

Os escravizados, homens e mulheres, ainda que em condições altamente desfavoráveis, sempre lutaram por sua humanidade e dignidade. A opressão que o regime impunha muitas vezes levava os escravizados a realizarem ações extremas como forma de resistência, desta



forma, “além das fugas, existiram outras formas de resistência, como o assassinato e envenenamento de senhores, suicídios, abortos; escravizados sempre negaram sua condição e reivindicarem direitos” (Schwarcz e Starling, 2015, p. 104).

Foram estas manifestações de resistência que resultaram na preservação da presença do negro na sociedade brasileira, assim como, a sua cultura, ainda que inferiorizada, influência de forma fundamental os costumes sociais da população.

Na próxima seção desta pesquisa, verificaremos como esse histórico de violências físicas, psicológicas, sexuais, simbólicas, de preconceitos e de estigmatização, construiu um lugar social determinado para a mulher negra na sociedade brasileira.

## **5 OBJETIFICAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS NA CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA**

Nesta seção destacaremos como muitas ideias e práticas a respeito do ser da mulher negras exercidas no período da escravidão têm se reproduzido na contemporaneidade brasileira, sobretudo a respeito de como se interpreta sua sexualidade

As mulheres negras na contemporaneidade brasileira, têm sobre si uma pesada carga de preconceitos e de vários tipos de opressões que culminam na objetificação de seu ser, tendo como principal manifestação desta objetificação as deturpações ligadas à sua sexualidade, pois “ainda nos dias de hoje, a mulher negra, por causa da sua condição de pobreza, ausência de status social, e total desamparo, continua a vítima fácil, vulnerável a qualquer agressão sexual do branco” (Nascimento, 2016, p. 73).

A objetificação sexual atual da mulher negra é consequência direta da escravidão. As descendentes das mulheres que foram brutalmente violentadas sexualmente são o produto sobre o qual as violências são reeditadas, conforme argumenta Nascimento (2018):

Já que a existência da mulata significa o ‘produto’ do prévio estupro da mulher africana, a implicação está em que após a brutal violação, a mulata tornou-se só objeto de fornicação, enquanto a mulher negra continuou relegada à sua função original, ou seja, o trabalho compulsório. Exploração econômica e lucro definem, ainda outra vez, seu papel social. (p. 75).

Considerando os cuidados para que se respeitem as questões contextuais, encontramos Bell Hooks (1995), demonstrando como na sociedade dos Estados Unidos da América, a redução da mulher negra ao seu corpo e seu sexo, ou seja, a objetificação de seu ser, também

tem bases nas ideias escravistas, neste sentido, assemelhando-se ao caso das mulheres negras brasileiras.

Assim se expressa Hooks (1995):

[...] Mais que qualquer grupo de mulheres nesta sociedade, as negras têm sido consideradas ‘só corpo, sem mente’. A utilização de corpos femininos negros na escravidão como incubadoras para a geração de outros escravos era a exemplificação prática da ideia de que as ‘mulheres desregradas’ deviam ser controladas. Para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve que produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado. (p. 469).

Sobre o que significa objetificação sexual, Barbara Fredrickson e Tomi-Ann Roberts (1997), explicando a Teoria da Objetificação estabelecem que a objetificação sexual ocorre sempre que o corpo ou as partes do corpo ligadas às funções sexuais são separadas da pessoa como se fossem capazes de representar a pessoa em si. A pessoa passa a ser reduzida a estas partes de seu corpo e toda ela passa a ser vista como mero objeto de satisfação sexual.

Para ajudar a entender esse conceito, podemos citar um relatório que a American Psychological Association [APA] (2007), apresentou como resultado do trabalho de uma força tarefa que analisou a sexualização, ou seja, a objetificação sexual, de meninas, e definiu que a sexualização ou a objetificação sexual ocorre quando são verificados um dos seguintes fatores: 1) quando o valor de uma pessoa é medido por seu apelo ou comportamento sexual excluindo suas outras características; 2) quando uma pessoa é submetida a um padrão onde o apelo sexual

se restringe à sua atratividade física; 3) uma pessoa é objetificada sexualmente quando ela é transformada em uma coisa para a satisfação sexual de outros em vez de ser vista como uma pessoa capaz de tomar decisões e realizar ações de forma independente e/ou 4) quando a sexualidade é imposta de forma inadequada à uma pessoa, este ponto se torna mais evidente no caso de relação sexual sobre crianças e adolescentes.

Sobre a prática da objetificação sexual, Carolina Piazzarollo Loureiro (2014), afirma o seguinte: “A objetificação sexual é uma prática que interage e contribui com diversos outros tipos de opressão sofridas pelas mulheres, tais como as violências sexuais, a normalização dessas violências, a culpabilização das vítimas e não dos agressores, entre outras” (p. 15). Esta visão sobre a objetificação se encaixa bem nos discursos das feministas negras interseccionais que denunciam que as mulheres negras são vítimas de vários tipos de opressões que interagem ao mesmo tempo.

É verdade que tanto mulheres como homens podem ser vítimas de objetificação sexual, contudo, análises mostram que em sociedades patriarcais a incidência deste fato é maior em relação às mulheres e meninas. Em seu levantamento sobre a objetificação sexual de meninas, a APA (2007) descreve como a imagem de mulheres e meninas são muito mais exploradas sexualmente em programas de videocliques, filmes, letras de música, revistas, videogames, mídia esportiva, desenhos animados, jogos de computador, internet e publicidade.

Em relação ao Brasil as agências Instituto Patrícia Galvão (2013) e Data Popular realizaram uma pesquisa em que entrevistaram homens e mulheres abordando o tema das representações das mulheres nos programas de TV. A pesquisa domiciliar foi realizada em 100 cidades em maio de 2013, com cerca de 1.501 pessoas, com aplicação de questionário. Alguns resultados revelaram o seguinte: 84% concordam que o corpo da mulher é usado para promover

a venda de produtos nas propagandas de TV e 58% dos respondentes acreditam que a mulher é apresentada como objeto sexual na televisão.

A ideia de objetificação sexual e sua exploração pela mídia é assim apresentada por Loureiro (2014):

De maneira geral, a objetificação sexual pode ser manifesta nos encontros sociais e interpessoais, através de olhares dirigidos ao corpo do outro e comentários sexualmente avaliativos, e na representação sexualizada do indivíduo pela mídia, ou na exploração de partes do corpo ligadas à sexualidade, como se a exibição de um corpo ou partes dele fosse a representação de uma pessoa. (p. 16).

No Brasil as mulheres de forma geral historicamente tiveram o seu valor e sua importância reduzidos a questões relacionadas às partes de seus corpos ligados à sexualidade. Esse pensamento foi presente na formação da sociedade brasileira, seja para a exploração sexual ou para sua domesticação de seu comportamento. Mary Del Priore (2009), apresentando os fatores utilizados dentro do sistema patriarcal colonial para determinar um lugar e um papel para a mulher na sociedade, apresenta o seguinte: “o outro instrumento utilizado para a domesticação da mulher foi o discurso normativo médico, ou ‘físico’, sobre o funcionamento do corpo feminino. Esse discurso dava caução ao religioso na medida em que asseverava cientificamente que a função natural da mulher era a procriação.” (Del Priore, 2009, p. 24). A sexualidade da mulher deveria se restringir à procriação, e a geração e criação de filhos era o papel que se esperava de uma mulher na formação da sociedade. Esta realidade de objetificação da mulher, de sua redução às funcionalidades de seus corpos e de exploração de seu sexo nos

primeiros séculos de registro da história brasileira, também é apresentada por Paulo Rezzutti, como segue:

Quanto ao sexo, este era exclusivamente para a procriação no casamento. Sentir prazer ou dar prazer não estava de modo algum dentro do que seria considerado normal ou religiosamente aceito, muito pelo contrário. As mulheres que se desviavam dessas regras e desses conjuntos de valores, como chamar a atenção sobre si relacionando-as a qualquer tipo de escândalo, eram condenadas social e moralmente por seus pecados. (Rezzutti, 2018, p. 70).

Naquele contexto de dominação ideológica e vigilância extrema da Igreja Católica, vigorava a ideia de que as mulheres tinham na sua sexualidade propensão ao mal, por terem uma natureza defeituosa, é o que nos apresenta Emanuel Araújo citando o bispo Azeredo Coutinho que escreveu e publicou em 1798 estatutos para a educação feminina: “elas nascem com uma propensão violenta de agradar, ao que logo se segue o desejo de serem vistas; os homens procuram pelas armas ou letras conduzir-se ao auge da autoridade e da glória, as mulheres procuram os mesmos pelos agrados do espírito e do corpo” (Coutinho, 1798 citado por Araújo, 2018, p. 50). Esta maldade intrínseca só seria mitigada pela procriação e maternidade, pois: “na visão da sociedade misógina, a maternidade teria de ser o ápice da vida da mulher. Doravante, ela se afastava de Eva e aproximava-se de Maria, a mulher que pariu virgem o salvador do mundo.” (Araújo, 2018, p. 52). Assim, pouco importava os sentimentos, os desejos, os sonhos e os projetos de vida das mulheres. Seu destino já estava traçado pela igreja, pelos pais e pelo marido. Seu valor se resumia à capacidade funcional de seu corpo para gerar.

Além da utilização de seu corpo como uma máquina geradora de filhos e da negação de sua sexualidade, Mary Del Priore (2009) mostra como a condição da mulher dentro de casa em relação a seu marido reproduzia a relação escravocrata de poder que a objetificavam.

Assim escreve Del Priore (2009):

A relação de poder já implícita no escravismo reproduzia-se nas relações mais íntimas entre marido e mulher, condenando esta a ser uma escrava doméstica, cuja existência se justificasse em cuidar da casa, cozinhar, lavar a roupa, servir ao chefe da família com o seu sexo, dando-lhe filhos que assegurassem a sua descendência e servindo como modelo para a sociedade familiar com que sonhava a igreja. (p. 26).

Sobre a objetificação sexual da mulher negra na contemporaneidade brasileira, Bebel Nepomuceno (2018), apresenta a mídia, sobretudo a televisão, como uma das principais responsáveis por propagar e perpetuar a visão preconceituosa e objetificante sobre as negras:

Nepomuceno (2018) denuncia:

Se nas primeiras décadas do século XX era bastante difundido o dito ‘branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar’ hoje, mesmo com todas as mudanças culturais, mulheres afrodescendentes, principalmente as mestiças ou ‘mulatas’, continuam a ser alvo do estereótipos de as mais sensuais e libidinosas entre as mulheres, perpetuado, principalmente, através da mídia, particularmente a televisão. Esta herdou (e reproduziu até muito recentemente) dos romances e folhetins do período escravista personagens negras que obedecem a certo padrão de

comportamento: ora humilde e resignada, ora infantilizada, ora irresponsável ou má, ora imoral ou sedutora. (p. 404).

Teixeira e Queiroz (2017) que assim como nós têm debatido sobre a questão da objetificação da mulher negra, apresentaram o artigo: *Corpo em Debate: a objetificação e sexualização da mulher negra*, no qual concordam que a visão preconceituosa que atualmente se impõe sobre as mulheres negras são ecos do nosso passado escravagista.

Desta forma, Teixeira e Queiroz (2017) escrevem:

Não obstante ao período escravocrata onde o corpo era exposto para ser comercializado, hoje ele é exposto para ser consumido. Neste sentido falar do corpo é nos reportar a trajetória de vidas, mas em específico falar do corpo da mulher negra é retratar a complexidade de um ser: mulher e negra. Perpassada por diversos fatores como a sexualidade, estigma, violência, pobreza e etc. Fala-se de um ser que nasce e vive condicionada a uma cor e uma classe.

Trabalhando sobre o mesmo assunto a respeito da objetificação sexual da mulher negra na mídia, as feministas negras problematizam a figura da *Mulata Globeleza*, personagem apresentada nas vinhetas de carnaval de uma grande rede de televisão do país que se realiza na figura de uma passista de samba “mulata” que se apresenta sem roupas, com o corpo apenas pintado. Essa personagem, já há algum tempo, vem provocando em grupos de feministas negras brasileiras certa indignação, pois para elas há a partir das exposições, a promoção da objetificação da mulher negra e o reforço do estereótipo da “mulata” brasileira disposta a



receber sexualmente turistas estrangeiros. Esse sentimento de indignação foi expresso por Stephanie Ribeiro e Djamila Ribeiro no artigo *A mulata globeleza: um manifesto*:

É necessário entender o porquê de se criticar lugares como o da Globeleza. Não é pela nudez em si, tampouco por quem desempenha esse papel. É por conta do confinamento das mulheres negras a lugares específicos. Não temos problema algum com a sensualidade, o problema é somente nos confinar a esses lugares negando nossa humanidade, multiplicidade e complexidade. Quando reduzimos seres humanos somente a determinados papéis e lugares, se está retirando nossa humanidade e nos transformando em objetos. (Ribeiro, 2018, p. 143).

Conforme Ribeiro (2018), a problemática com a figura da *Mulata Globeleza*, deve começar a ser discutida com a própria compreensão do significado do termo “mulata”. A palavra “mulata” é de origem espanhola e vem de mula ou mulo, animal híbrido nascido do cruzamento entre espécies. Este animal é o resultado da reprodução de jumentos com éguas ou de cavalos com jumentas. Os cavalos (*equus caballus*) são tidos como animais nobres, já os jumentos (*equus africanus asinus*), como de segunda classe. Sendo assim, o termo significa mestiçagem e uma mistura imprópria que não deveria existir. Quando o termo é aplicado sobre as pessoas negras, ele significa o seguinte, segundo Ribeiro (2018):

Empregado desde o período colonial, o termo era usado para designar negros de pele mais clara, frutos do estupro de escravas pelos senhores de engenho. Tal nomenclatura tem cunho machista e racista e foi transferida à personagem Globeleza. A adjetivação é uma memória triste dos 354 anos de escravidão negra no Brasil. (p. 141).

Em 2017 aconteceu um fato novo em relação à personagem Globeleza, pois a mesma passou por uma transformação. Ela surgiu vestida com trajes que faziam alusão a várias regiões do País e a danças típicas ligadas a elas, como o frevo, o axé e o bumba-meu-boi, por exemplo. Essa mudança por um lado pareceu atender ao apelo dos movimentos feministas, mas, por outro lado foi vista por alguns como reflexo de uma onda de conservadorismos que tem se manifestado no Brasil, sobretudo, a partir da representação evangélica no Congresso Nacional. Discutindo esse tema, Roberta Pennaforte, apresenta a opinião da pesquisadora de Carnaval Rachel Valença, que acompanha os desfiles já há 57 anos: “ela representava a passista de escola de samba e nunca foi vulgar. Na dança, a nudez não é sensualizada nem imoral, é uma forma de expressão corporal. Cobrirem esse corpo é um retrocesso, é moralismo e corresponde a uma fase de conservadorismo da nossa sociedade.” (Pennaforte, 2017). Conforme esta opinião o vestir a Globeleza não foi uma ação para destacar a diversidade da cultura carnavalesca brasileira, mas uma mudança para atender a pressão de um segmento conservador, em relação aos costumes, da sociedade.

Djamila Ribeiro (2018), Mestre em Filosofia Política e feminista negra, em seu livro: *Quem tem medo do feminismo negro?*, reúne uma série de artigos nos quais aborda a condição das mulheres negras no Brasil, em muitos casos denunciando as opressões presentes e historicamente construídas e reivindicando mudança na forma como a sociedade brasileira tem visto e condicionado as mulheres negras. Se opondo à forma como a mídia tem objetificado a mulher negra a Autora escreve o seguinte:

Sonho com o dia em que a mídia brasileira pare de tratar o assunto com descaso e julgue que vale tudo para o riso. Não somos fantasia de Carnaval – não podemos ser ridicularizadas ou tratadas como meros corpos que sambam e rebolam. Respeitem nossa humanidade. (Ribeiro, 2018, p. 50).

Ribeiro (2018), analisa uma notícia de abril de 2015 apresentada pela TV Record que denunciava o trabalho infantil e exploração sexual cometidos contra crianças e jovens negras da comunidade quilombola Kalunga, em Cavalcante-GO. No artigo a Autora contrapõe esta denúncia ao caso da menina Valentina, de doze anos, participante do programa *Masterchef Júnior*, que foi vítima de comentários pedófilos nas redes sociais, afirmando que a violência sofrida pela menina Valentina deve ser rigorosamente apurada, contudo, expressa seu incômodo em constatar que o caso das meninas abusadas em Cavalcante, não provocou a mesma comoção em grandes sites feministas e atribui esta diferenciação de ênfase às diferentes condições sociais e raciais envolvidas nos dois casos:

A realidade dessas meninas é bem diferente daquela de Valentina. Trata-se de crianças pobres que desde muito cedo vão trabalhar em casas de famílias, em troca de alimento. Nesses locais são abusadas sexualmente pelos patrões. Na comunidade onde vivem não há escolas. Longe dos pais, elas vivenciam maior vulnerabilidade. (Ribeiro, 2018, p. 89).

Esta realidade de pobreza, de trabalho dentro das casas dos patrões e de abusos físicos e sexuais reproduz e perpetua a realidade das crianças e mulheres negras escravizadas, com poucas diferenças em relação à época da escravidão.

Ainda apresentando como as mulheres negras são objetificadas pela mídia, que reflete o sentimento e as ideias de uma sociedade machista e racista, Ribeiro (2018), cita Ancelmo Gois, do jornal *O Globo*, no qual assina a coluna “*As mulatas do Gois*”, que segundo a Autora, tem a função de objetificar seres humanos. Ribeiro (2018) revela que em uma de suas colunas, Gois, “chegou a usar expressões como ‘nova safra de mulatas’, ‘mulatas sub-20’ e ‘espécie’. E

eu achando que mulheres negras pertenciam à espécie humana.” (p. 98). Para Ribeiro (2018), ao falar em uma *safrá* de “mulatas”, o colunista está equiparando as mulheres negras a objetos de consumo como vinhos e queijos: “é sempre bom frisar que não tenho problema algum com a sensualidade ou com a posição de passista, muito pelo contrário. O problema é sempre nos confinar nesses lugares, tratar essas moças como se fossem pedaços de carnes prontos a ser devorados.” (p. 100). Ainda outro caso é apresentado no livro, no qual ficou evidente o forte preconceito e racismo contra as mulheres negras. A situação foi protagonizada pelo então prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes. Conforme Ribeiro (2018), em um vídeo que circulou pela internet sem local e data identificados, o prefeito ao entregar as chaves de uma casa popular para uma mulher negra, passou a ofendê-la com comentários de cunho sexual, “ao chegarem no quarto, Paes diz: ‘vai trepar muito aqui neste quartinho. Não satisfeito, ele pergunta se a moça é casada e emenda: ‘vai trazer muito namorado para cá. Rita faz muito sexo aqui.’” (p. 119). Para a Autora essas declarações dão mais uma vez voz a ideias racistas, grandemente difundidas na época da escravidão, como já foi apresentado nesta pesquisa, de que a mulher negra é lasciva, libertina e sexualmente oferecida: “mulher negra não é humana, é a quente, a lasciva, a que só serve para sexo e não se apresenta à família.” (Ribeiro, 2018, p. 120). Ela completa: “o que o prefeito fez tem nome: racismo. Paes cumpre à risca seu papel ridículo e violento de herdeiro da casa-grande.” (Ribeiro, 2018, p. 121).

Em uma entrevista Djamila Ribeiro descreve como para ela é difícil perceber que até mesmo sua filha criança já sofre com a visão objetificante e hipersexualizada que se coloca sobre a mulher negra:

Isso começou quando ela tinha nove anos, de maneira mais grosseira e incisiva, com a mudança do corpo, mas eu percebo isso desde que ela era bebê, com

comentários que as pessoas faziam, ‘ai, que coxa grande!’, ela tinha seis meses, ‘ai, que coxão, vai ser a Globeleza’, ou crescendo e comentários do tipo ‘vai dar trabalho para o pai.’ (Holanda, 2018, p. 296).

Verifica-se que mesmo em fase de criança, as meninas negras já carregam na cor da sua pele o estigma imposto por uma sociedade racista que sempre destaca na humanidade das mulheres negras os aspectos ligados à sua sexualidade e passam a enxergar sua existência de forma resumida à esta esfera do seu ser.

Stephanie Ribeiro (2018) jovem ativista do feminismo negro, considerando sua própria experiência no mundo da moda, como modelo, toca no assunto da competição que existe entre negras e negras pela mesma vaga, pois, segundo ela, na maioria das campanhas só existe espaço para um negro. Ela debate essa questão focalizando o tema do colorismo e apresenta como, tomando como base a tonalidade da pele, a sociedade determina o lugar e o papel a ser ocupado pelas pessoas, sobretudo, a mulher negra: “é preciso entender que o colorismo não era sobre pessoas negras de pele clara não serem aceitas por negros de pele escura, mas sobre uma sociedade que a partir do tom de pele define quais espaços as pessoas podem ou não ocupar.” (Ribeiro, 2018, p.275). Pressionadas pela discriminação ligada à sua aparência muitas mulheres negras as vezes se submetem a modificar aspectos naturais de seus corpos para atenderem aos padrões culturalmente determinados.

Considerando os poucos espaços de destaque destinados às mulheres negras, é compreensível a disputa por visibilidade, como destaca Ribeiro (2018):

A rivalização que existe entre negros é alimentada por uma estrutura racista que, quando possibilita a ascensão, é apenas individual. Essa é a narrativa do negro único.

Discutir a diversidade, até mesmo entre negros, é discutir que os espaços da sociedade deveriam representar nossas diferenças. Um ponto importante é que a narrativa do negro único fortalece o colorismo, dando para negros de pele clara uma possibilidade de maior ascensão e de serem tidos como representantes de uma população gigantesca e diversa. (p. 284).

Outra questão destacada pelas feministas negras a respeito da objetificação sexual é o tema da interseccionalidade. O conceito de interseccionalidade significa que além de serem objetificadas por conta da questão de gênero, ainda se acrescenta a questão de raça. Stephani Ribeiro (2018) que se identifica como feminista negra interseccional, explica: “o termo interseccionalidade (muito usado até aqui) e a teoria interseccional foram cunhados e desenvolvidos pela advogada dos direitos civis e professora americana Kimberlé Crenshaw, em 1980, e consiste basicamente em entender que diferentes opressões se inter-relacionam.” (p. 279). O discurso apresentado pelas feministas negras interseccionais destaca que existe uma grande diferença entre o ser feminista e o ser feminista negra, pois as mulheres negras, desde a formação da sociedade brasileira, foram escravizadas, suas histórias foram silenciadas e seus corpos objetificados em razão de sua raça. Conforme as feministas negras os grandes símbolos da objetificação das negras escravizadas são aqueles que exploram seus corpos e sua sexualidade:

Dessa forma, ainda se faz necessário ter a palavra ‘negra’ depois de ‘feminista’. Essa palavra marca e reflete como somos fruto da história do Brasil, na qual a mulher negra escravizada era vista como mão de obra explorada nas lavouras ou nos espaços domésticos. A grande diferença entre a mulher negra e o homem negro escravizados

estava na maneira como sua sexualidade e direitos reprodutivos eram vistos. Se o senhor via na negra escravizada a possibilidade de exacerbar seus desejos sexuais e violentos através de estupros, a senhora via esses corpos como passíveis de maus-tratos quando notava o interesse de seu marido ou de seus filhos. Já nas senzalas das grandes fazendas, as escravizadas tinham seu corpo e sua sexualidade cedidos para os próprios homens escravos, numa proporção média de uma para quatro. (Ribeiro, 2018, p. 267).

A luta atual do movimento é para que cada pessoa e cada mulher negra seja respeitada em sua subjetividade, como fator necessário para o reconhecimento de sua humanidade.

Articulando a questão da interseccionalidade ligada ao feminismo negro, Ana Cláudia Lemos Pacheco (2013), em seu livro: *Mulher negra: afetividade e solidão*, conclui que a conjugação de opressões de gênero e raça, determinam na sociedade brasileira o lugar de subalternidade destinado a mulher negra:

Segundo Pacheco (2013):

Torna-se difícil não reconhecer como os discursos de ideologias raciais e de gênero são estruturantes e ordenam um conjunto de práticas corporais racializadas vividas pelo gênero, na sexualidade, no trabalho, na afetividade e em outros lugares sociais que são “destinados” às mulheres negras, na Bahia e no Brasil. (p. 24).

Problematizando a questão da objetificação sexual da mulher negra, Pinho (2004), destaca como no contexto da Bahia se criou um produto sexual chamado “mulata” que tem como principal objetivo atender ao turismo de entretenimento.

Assim diz o antropólogo Pinho (2004):

A fixação da mulata não poderia permanecer incólume ao avanço da mercadoria e do espetáculo. Graças à modernidade e aos fluxos transnacionais, a Bahia agora é vista também como um território livre para o safári sexual colonial [...] A indústria que produz a Bahia como imagem e reduz a cultura baiana a slogans, alimenta-se do mesmo solo que faz florescer outra indústria, a do comércio sexual de mulheres e da prostituição ‘étnica’ em Salvador. (p. 113).

Nesta mesma linha de pensamento Gonzalez (1979), apresenta como na construção da história do Brasil, os que os que possuíam hegemonia, determinaram para a mulher negra os lugares sociais que ela deveria ocupar e as funções que deveria desempenhar: “a mulher negra é vista pelo restante da sociedade a partir de dois tipos de qualificação ‘profissional’: doméstica e mulata. A profissão de ‘mulata’ é uma das mais recentes criações do sistema hegemônico no sentido de um tipo especial de ‘mercado de trabalho’ [...] produto de exportação.” (Gonzalez, 1979, p. 13). Sempre tendo como elementos básicos a objetificação de seu corpo como instrumento de trabalho e de exploração sexual.

Considerando toda essa carga de preconceitos e opressões, talvez não seja possível dimensionar os prejuízos psicológicos e emocionais aos quais estão submetidas as mulheres que trazem em si o estigma da pele preta.

Sobre o que significa carregar estigmas, apresenta o seguinte Goffman (1981):



Podem-se mencionar três tipos de estigmas nitidamente diferentes. Em primeiro lugar, há as abominações do corpo - as várias deformidades físicas. Em segundo, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família. (p. 07).

Diante do exposto por Goffman é possível entender que as mulheres negras na sociedade brasileira são marcadas pelos três tipos de estigmas. Em relação ao primeiro tipo que faz referências a questões de deformidades do corpo, desde o período da escravidão até aos dias atuais, os corpos das negras têm sido vistos como diferentes dos “normais”. Em alguns casos o tamanho dos glúteos, o formato do nariz e o tipo de cabelo são alguns exemplos que afastam as mulheres negras dos padrões eurocêntricos fazendo com que as características corporais das negras sejam vistas como exóticas. O segundo tipo de estigma apresentado por Goffman diz respeito às culpas de caráter. Pesa sobre as mulheres negras no Brasil a pecha de serem lascivas, de vontade imoral, de serem oferecidas, mulheres sem honra a preservar. Essa visão sobre as mulheres negras atravessa os séculos e se reproduz de geração a geração. Finalmente, em relação ao terceiro tipo de estigma, o que se relaciona, dentre outras, com questões de raça e de origem, as mulheres negras que em épocas de escravidão eram desconsideradas como seres humanos por serem negras e africanas, hoje também têm o seu valor diminuído por serem negras e muitas vezes faveladas.

Neste contexto da sociedade brasileira, pode-se perguntar: qual a condição de mulheres negras desenvolverem e manterem autoestima e auto aceitação? Essa questão é problematizada por Neusa Santos Souza, no artigo intitulado: *Contra o racismo: com muito orgulho e amor*, que escreveu em edição especial para o Correio da Baixada, publicado no dia 13 de maio de 2008, fazendo alusão à aproximação dos 120 anos de abolição da escravatura.

Conforme questionou Souza (2008):

Mas será que acabamos mesmo com a injustiça, com a humilhação e com o desrespeito com que o conjunto da sociedade brasileira ainda nos trata? Será que acabamos com a falta de amor-próprio que nos foi transmitido desde muito cedo nas nossas vidas? Será que já nos libertamos do sentimento de que somos menores, cidadãos de segunda categoria? Será que gostamos mesmo da nossa pele, do nosso cabelo, do nosso nariz, da nossa boca, do nosso corpo, do nosso jeito de ser? Será que nesses 120 anos de abolição conquistamos o direito de entrar e sair dos lugares como qualquer cidadão digno que somos? Ou estamos quase sempre preocupados com o olhar de desconfiança e reprovação que vem dos outros?

Admitindo que, em via de regra, a sociedade prevalece sobre o indivíduo, muitas mulheres negras assimilam os conceitos negativos socialmente difundidos a respeito de sua raça. Loureiro (2014) explica como essa assimilação pode concretizar-se como um processo de auto-objetificação que: “consiste na internalização do olhar externo sobre o próprio corpo, ocorrendo a partir das experiências de objetificação sexual do indivíduo na sociedade.” (p. 8). Essa ameaça de internalização de uma autoimagem negativa pelas mulheres negras, destaca

ainda mais a necessidade de ações, que contrariando as ideias hegemônicas, as façam compreender o valor e dignidade de si mesmas enquanto seres humanos.

Em *Tornar-se negro*, livro importantíssimo sobre a questão racial no Brasil, Neusa Souza (1991), resume em poucas palavras o que ela sentia a respeito do ser negra no Brasil: “saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas expectativas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas” (Souza, 1991, p. 17). O sentimento de Neusa traz em si o resultado de centenas de anos de opressões e preconceitos.

### **5.1 Feminismo negro e resistência à objetificação**

Passamos agora a abordar a atuação e a luta de mulheres negras que não aceitam ser vítimas passivas da sociedade e têm se organizado em coletivos por uma transformação na forma como a mulher negra têm sido posicionadas no tecido social.

Cidinha da Silva (2018) no artigo: *De onde viemos: aproximações de uma memória*, apresenta um panorama de como se estruturo o feminismo negro no Brasil, suas precursoras e organizações, que encabeçam a luta contra as opressões.

Desta forma, nos apresenta o seguinte, Silva (2018):

Lélia Gonçalves é a precursora, no Brasil, de todas as mulheres negras que se identificam com os princípios filosóficas e políticos de eliminação da opressão sofrida e das desigualdades daí decorrentes e de promoção de nossa autonomia. Já no final dos anos 1970, Lélia, articulando questões ligadas à opressão de gênero, raça e classe,

alertava sobre a interseccionalidade (sem usar a expressão) das violências sofridas por nós. (p. 253).

Conforme Cidinha da Silva (2018), na década de 1990 se consolidou a distinção, dentro do movimento feminista no Brasil, a especificidade do feminismo negro, pois muitas mulheres negras já não viam suas pautas contempladas dentro do movimento feminista.

Este movimento é assim apresentado por Silva (2018):

A expressão ‘movimento feminista’ tinha cara e tom mais europeizados e intelectualizados. No Encontro Feminista de Garanhuns, em 1987, parece ter havido uma insurreição das mulheres negras contra o feminismo branco, que não conseguia ouvi-las com a atenção necessária – e muito menos com disposição para desconstruir privilégios de raça e classe.” (p. 256).

A partir destas diferenciações as feministas negras passaram a se organizar em coletivos, organizações e associações para poder representar, diante da sociedade, com mais força, as reivindicações e lutas das mulheres negras. Associações são importantes ferramentas para o movimento, pois em sociedades que se querem democráticas, quando as pessoas se reúnem em busca de seus interesses comuns, conseguem atuar de forma mais representativa que individualmente. Para Silva (2018), a organização mais importante do feminismo negro nas décadas dos anos 1990 e 2000, foi o *Geledés: Instituto da Mulher Negra*, criado por Sueli Carneiro. Desde 1998 o *Geledés* tem inspirado o surgimento de outros movimentos de mulheres negras como o *Criola e Blogueiras Negras*.

Os seguintes aspectos do *Geledés* são apresentados como inovadores na visão de Silva (2018):

1. A responsabilidade da instituição na consubstanciação da questão racial no campo dos direitos humanos, ou seja, a noção de que é um direito viver sem racismo;
2. A criação de um programa de comunicação por antever o papel da área comunicacional na disputa de narrativas sociopolítico-culturais que nos tomaria nas décadas seguintes;
3. O trabalho com as juventudes negras na área de cultura por meio do antológico Projeto Rappers, uma iniciativa que contribuiu muito para a descriminalização e organização do movimento hip-hop em São Paulo;
4. A publicação da revista *Pode Crê!* (1992-4), um projeto impresso esteticamente bem cuidado e com conteúdo inovador, produzido pelos rappers do projeto...;
5. A criação e a efetivação dos primeiros programas de ação afirmativa no Brasil, em parceria com empresas, com vistas a promover o acesso, a permanência e o sucesso de jovens negros em boas universidades, antecipando o debate sobre ações afirmativas para negros como estratégia de combate às desigualdades raciais.... E finalmente, a criação e a manutenção do *Portal Geledés*, um dos mais importantes e acessados do país e o mais consultado para medir a pulsação das questões raciais. (p. 258).

Outros destaques apresentados por Silva (2018) no fortalecimento e na organização da articulação das lutas das feministas negras no Brasil foram os seguintes: nas décadas de 2000 e 2010 a consolidação do feminismo negro com a formação da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileira; a entrada de mulheres negras politicamente engajadas nos programas de pós-graduação das universidades brasileiras e como docentes, a Marcha da

Mulheres Negras Contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver, momento protagonizado por mulheres nordestinas que mobilizaram o Brasil inteiro.

Um importante marco político que fortaleceu a discussão das pautas das feministas negras foi o fato da então presidente Dilma Rousseff ter sancionado em 2014 a Lei nº 12.987, que instituiu o dia 25 de julho como Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra. A partir deste marco desenvolveram-se no Brasil eventos políticos e culturais que fomentaram a produção intelectual e artística de mulheres negras.

Destacando a importância da militância histórica das primeiras feministas negras e das organizações precursoras do movimento, nos diz o seguinte, Silva (2018):

Se, na segunda década do século XXI, verificamos o crescimento da atuação de jovens feministas negras na web e mulheres negras competentes ocupando espaços significativos na televisão, nos telejornais e nos portais de notícias, é porque foram beneficiadas pela luta das mulheres negras organizadas dos anos 1980 até os dias de hoje. (p. 260).

Stephanie Ribeiro, feminista negra, já mencionada nesta pesquisa, cita falas de mulheres que representam as ideias que embasam as especificidades do feminismo negro. Ribeiro (2018) cita Ana Flávia Magalhães Pinto que diz o seguinte: “as formulações de muitas mulheres negras estabeleceram diferentes perspectivas de feminismo negro, ganharam força e ressonância entre nós em escala transnacional e explicitaram pontos, diálogos e contraposições sistemáticas ao feminismo hegemônico.” (p. 263). Stephanie Ribeiro ainda cita a rapper Luana Hensen que apresenta o feminismo negro como uma forma de reivindicação por visibilidade

às histórias das mulheres negras e por maior representatividade nas mesas de discussões feministas.

De acordo com Ribeiro (2018):

Muitas vezes as pessoas não percebem que falta uma mulher negra em mesas que falam sobre mulheres. Colocam uma mulher azul, uma mulher amarela e esquecem das mulheres negras. Assim como esquecem de contar histórias de mulheres negras. É por isso que as mulheres negras estão brigando por um feminismo negro, o que, por um lado, eu concordo. Enquanto as mulheres queimavam sutiã para ir trabalhar, nós, mulheres negras, sempre estivemos trabalhando; a gente nunca brigou para ir trabalhar, a gente brigou por ser respeitada. (p. 266).

Um advento da contemporaneidade que tem dado voz e visibilidade a movimentos sociais que antes não tinham espaço nas mídias tradicionais, são as redes sociais. Essas plataformas têm servido de canal para as ativistas do feminismo negro interseccional espalharem suas ideias e multiplicar contatos.

Sobre o uso das mídias sociais como ferramenta de visibilidade, Ribeiro (2018) afirma:

Nós, negras, que tanto fizemos por lutas de classe, gênero e raça – mas, evidentemente, invisibilizadas dentro de movimentos que diziam lutar pela emancipação de todos e que nem sempre considera nossas subjetividades e recortes - fizemos das mídias sociais uma forma de disputar narrativas e quebrar o silêncio. (p. 275).

Estas feministas negras acreditam que com a publicação de blogs, posts, páginas, memes e vídeos, conseguirão fazer ouvir sua revolta, vivência e lutas além de produzir conteúdo capaz de mobilizar a opinião pública.

Sendo assim, na visão de algumas feministas negras, no que diz respeito a forma como as gerações atuais de negras têm vistas a si mesmas, há avanços no sentido de assumir sua identidade étnica em ações de autoafirmação e empoderamento. Nesse quesito destaca-se a “geração tombamento”. Conforme Ribeiro (2018): “essa geração, de jovens negras e negros cansados da invisibilidade estética e do repúdio às suas características físicas, vistas como negativas por uma sociedade racista, passou a ignorar o que o mercado define como padrão e a recriar sua própria definição de estética. Lacraram.” (p. 273). Cada mudança de perspectiva, ainda que pareça pequena em relação a todas as questões ligadas à objetificação sexual e preconceito contra a mulher negra, é comemorada e valorizada dentro do movimento de lutas, pois todas têm consciência de como é difícil mudar conceitos e preconceitos calcificados dentro de toda a estrutura social. Outro sinal que pode ser percebido como um resultado das lutas das feministas negras e da *geração tombamento*, no que diz respeito à uma autoafirmação identitária das mulheres negras, está relacionado a um dos principais símbolos de destaque e problematização na imagem da mulher negra, o cabelo.

Segundo destaca Ribeiro (2018):

O programa Google BrandLab constatou que, no último ano, o interesse por cabelos encaracolados aumentou 232%. Já as buscas por cabelo afro mostram um avanço ainda maior: cresceram 309% nos últimos dois anos. Esses são sinais de uma mudança de perspectiva estética, que interfere no cotidiano dessas mulheres e não



deixa de ser uma mudança política, por mostrar o impacto do alcance das narrativas atuais. Para muitos, esse discurso pode soar ‘esvaziado’, mas se esquecem de que a autoestima impactada pelo racismo fez muitas mulheres negras desistirem de si, e não só no campo estético.” (p. 281).

Na busca por garantir espaços de visibilidade e influência a respeito das pautas das feministas negras, Bebel Nepomuceno menciona algumas ativistas que exerceram papel de destaque tanto no âmbito nacional como internacional.

Assim as apresenta Nepomuceno (2012):

Em 1994, Benedita da Silva tornou-se a primeira mulher negra a conquistar uma cadeira no Senado Federal [...] Ainda no ano de 1994, a ativista Dulce Pereira foi escolhida para presidir a Fundação Cultural Palmares, órgão do Ministério da Cultura encarregado de desenvolver ações para a valorização da cultura e população negra [...] A socióloga Luiza Bairros, do movimento negro baiano, trabalhou em diversas instâncias internacionais a partir de 2001, assumindo a programação do Programa de Combate ao Racismo Institucional do PNDU (órgão das Nações Unidas para o Desenvolvimento) [...] antes de ser convidada pela presidente Dilma Rousseff, em janeiro de 2011, para comandar a secretária de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). (p. 402).

Apesar de ainda ter uma grande jornada pela frente, avanços já foram obtidos e já se pode considerar que há algo a se comemorar mantendo a esperança de uma construção de uma sociedade mais igual racialmente.

É no que acredita Carneiro (2011):

Acredito que nessa década, as mulheres negras brasileiras encontraram seu caminho de autodeterminação política, soltaram as suas vozes, brigaram por espaço e representação e se fizeram presentes em todos os espaços de importância para o avanço da questão da mulher brasileira hoje. Foi sua temática a que mais cresceu politicamente no movimento de mulheres do Brasil, integrando, espera-se que definitivamente, a questão racial no movimento de mulheres. O que impulsiona essa luta é a crença “na possibilidade de construção de um modelo civilizatório humano, fraterno e solidário, tendo como base os valores expressos pela luta antirracista, feminista e ecológica, assumidos pelas mulheres negras de todos os continentes, pertencentes que somos à mesma comunidade de destinos.

Na próxima seção desta pesquisa, buscaremos verificar como a Educação Sexual pode contribuir para uma mudança de paradigma no que diz respeito à forma como a sociedade brasileira tem, através dos séculos, objetificado a mulher negra.

## **6 A EDUCAÇÃO SEXUAL COMO FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

Diante do que foi até aqui exposto temos entendido que a objetificação sexual que pesa sobre mulheres negra tem ligação e é consequência da cultura de desumanização e violência à qual foram submetidas as africanas escravizadas e suas descendentes no período da escravidão. Compreendendo que esta visão negativa a respeito da sexualidade da mulher negra foi culturalmente construída com base em preconceitos raciais, embasados por teorias falsas a respeito da diferenciação entre seres humanos, acreditamos que através da implementação de programas de Educação Sexual que instruem as pessoas com informações cientificamente concretas, que apresentem como foram historicamente formados as ideias sobre sexualidade, que direcionem as pessoas a viverem sua sexualidade de forma livre e autônoma e que conscientizem que todos têm a responsabilidade de trabalhar por construir uma sociedade igualitária, possam ser combatidas e transformadas as ideias e práticas que objetificam sexualmente a mulher negra.

### **6.1 Conceitos de sexualidade e direitos sexuais**

Apesar de não existir um único conceito de sexualidade é consenso entre os pesquisadores e organizações que abordam o tema a compreensão de que a mesma é formada por, além de questões naturais, fortes influências históricas e sociais. Assim, as ideias, conceitos, pré-conceitos e comportamentos sexuais são questões que não estão indicam determinismo biológico, contudo, são culturalmente desenvolvidas dentro da sociedade. É com esta visão que temos entendido que a objetificação sexual exercida sobre a mulher negra, construída sobre bases históricas de opressões raciais, religiosas e de gênero, pode ser, também,

culturalmente desconstruída através da implementação de uma Educação Sexual que combata a visão que desumaniza o ser das mulheres negras.

Ângela Felgueiras Pontes (2011), em sua dissertação: *Sexualidade, vamos conversar sobre isso*, apresenta o conceito que a OMS (Organização Mundial da Saúde) desenvolveu sobre a sexualidade com a participação de especialistas da área.

Assim registra Pontes (2011):

A partir de meados dos anos 80, a OMS inicia uma série de projectos relacionados com questões sexuais e com a educação sexual e procura clarificar o conceito de sexualidade humana definindo-a, tal como já foi referido anteriormente, como ‘...uma energia que nos motiva a procurar amor, contacto, ternura e intimidade; que se integra no modo como nos sentimos, movemos, tocamos e somos tocados; é ser-se sensual e ao mesmo tempo sexual; ela influencia pensamentos, acções e interacções e, por isso, influencia também a nossa saúde física e mental’. (p. 51).

Essa energia que influencia pensamentos, acções e interacções, que a OMS identifica como a sexualidade, não deve ser entendida como resultado de um processo individualista, contudo, é desenvolvida culturalmente dentro do seio da sociedade. Desta forma, a sexualidade deve ser entendida dentro de seu carácter cultural e histórico, estando sujeita a sofrer transformações, sendo assim formada não por ideias estáticas, mas mutáveis e fluídas.

É o que apresenta Bantman (1997):

A sexualidade, mais do que qualquer outra relação humana, desabrocha e desenvolve-se em termos de uma cultura e de uma norma em vigor. É o caso das

relações sexuais, de um modo geral, e também dos pormenores das práticas neste domínio. A masturbação foi combatida muito antes da era cristã. A homossexualidade foi venerada antes de ter sido considerada infame. (p.7).

Mary Neide Damico Figueiró (2009), uma das principais pesquisadoras brasileiras em Educação Sexual, também observa na sexualidade a busca pelo amor, pelo carinho, pelo sexo e pelo prazer, no entanto, já fortalece a ideia de que na formação da mesma, são determinantes os fatores culturais: “Sexualidade, por sua vez, inclui o sexo, a afetividade, o carinho, o prazer, o amor ou o sentimento mútuo de bem querer, os gestos, a comunicação, o toque e a intimidade. Inclui, principalmente, os valores e as normas morais que cada cultura elabora sobre o comportamento sexual”. (Figueiró, 2009, p. 143). No livro: *Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível*, a pesquisadora continua a desenvolver seu entendimento da sexualidade como uma questão da subjetividade humana, determinada por fatores históricos: “Sexualidade é uma dimensão ontológica essencialmente humana, cujas significações e vivências são determinadas pela natureza, pela subjetividade de cada ser humano e, sobretudo, pela cultura, num processo histórico e dialético.” (Figueiró, 2014, p. 48).

Outros pesquisadores brasileiros também destacam o caráter social e cultural da sexualidade humana, como Sonia Maria Martins de Melo que admite a sexualidade como: “[...] dimensão existencial, parte inseparável da condição humana, histórica, processual e mutável, assim como o é o Ser no mundo junto a outros seres.” (Melo, 2001, p. 132). Assim, a sexualidade pode ser compreendida como uma dimensão que se molda conforme o momento histórico e as ideias prevalecentes na sociedade.

A compreensão de que a sexualidade é construída por estes vários fatores, também é admitida por Maia e Ribeiro (2011):

A sexualidade é um conceito amplo e histórico. Ela faz parte de todo ser humano e é representada de forma diversa dependendo da cultura e do momento histórico. A sexualidade humana tem componentes biológicos, psicológicos e sociais e ela se expressa em cada ser humano de modo particular, em sua subjetividade e, em modo coletivo, em padrões sociais, que são apreendidos e aprendidos durante a socialização. (p. 75).

Deste modo, a sexualidade pode ser conceituada como uma parte essencial do ser humano construída historicamente por fatores biológicos assim como por valores morais e familiares ligados à herança cultural e às crenças religiosas altamente influenciada por ideias vigentes na sociedade e que pode se modificar através do tempo.

Concorda com esse pensamento César Aparecido Nunes (1996), para ele: “A sexualidade humana é qualitativamente diversa da sexualidade [sexo] animal, nela estão embutidos valores da comunidade humana, da história social, da economia, da cultura, e até da espiritualidade conquistada na lenta construção da identidade do homem realizada pelo ser humano na sua trajetória histórica.” (p. 145). A sexualidade em cada pessoa será desenvolvida a partir de suas vivências e influências, sendo possível que a visão e a forma como cada um a vive seja modificada a partir de novos conhecimentos e experiências. Segundo Quartilho (2003): “a sexualidade e as experiências sexuais seriam produzidas e modificadas no âmbito de um discurso sexual que também muda, ele próprio, com a variação do tempo histórico.” (p.140). É a partir desta compreensão de que a sexualidade e suas manifestações estão sujeitas a serem entendidas e praticadas de diferentes formas dependendo da formação biológica, da

sociedade em que se vive e da época, que é possível pensar em uma diversidade de sexualidades.

Isso é o que propõe Pontes (2011):

Deste modo, facilmente se constata que não é possível falar de sexualidade, mas apenas de sexualidades. Não só ao longo da história as concepções de sexualidade foram mudando e são diferentes de cultura para cultura, como em termos individuais a sexualidade é uma construção que resulta de uma biografia, para a qual contribuem a biologia e a cultura e, portanto, podemos dizer que existem tantas ‘sexualidades’ quanto pessoas. (p. 28).

A sexualidade é um componente do ser humano, que cada um exerce tanto em relação a si como em relação ao outro, sendo assim também de caráter social. Cada indivíduo deve exercer sua sexualidade de forma livre e autônoma, contudo, é difícil pensar em uma autonomia absoluta, já que a sociedade estabelece normas, em caráter de leis escritas e não escritas, às quais os cidadãos devem se submeter sob pena de crimes, rejeições e constrangimentos. Deve-se entender também que sendo a sexualidade vivida em sociedade, a mesma está exposta, como as demais dimensões da vida social, a ser objeto de deturpações ou opressões, devido a visões preconceituosas que podem ser estabelecidas. Nesta pesquisa, temos destacado como no Brasil foi se formando através da história uma visão preconceituosa a respeito da sexualidade da mulher negra. Temos verificado que esta visão preconceituosa a respeito de sua sexualidade tem trazido danos à estas mulheres, reproduzindo opressões e violências sexuais de cunho racista que tiveram origem na época da escravidão. Esta deturpação de suas humanidades lhes impõe estigmas cruéis, pois as mesmas ainda são idealizadas e narradas como lascivas, sem

honra a preservar, extremamente sensuais, hipersexualizadas, mulheres de menor dignidade e de menor pudor. Essa visão racista e preconceituosa sobre a mulher negra tem raízes profundas de negação de seus direitos sexuais.

Ângela Felgueiras Pontes registra que a OMS identificou uma série de direitos sexuais que devem ser exercidos e garantidos a todos os cidadãos.

Assim os apresenta Pontes (2011):

1) acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva; 2) procurar, receber e partilhar informação relacionada com sexualidade; 3) educação sexual; 4) respeito pela integridade corporal; 5) escolher os seus parceiros; 6) decidir ser sexualmente activo ou não; 7) manter relações sexuais consensuais; 8) casamento consensual; 9) decidir se quer ou não e quando ter filhos; e 10) alcançar uma vida sexual caracterizada pela satisfação, segurança e prazer. (p. 24)

Além da OMS, a World Association for Sexual Health [WAS – Associação Mundial pela Saúde Sexual] entidade mundial multidisciplinar que congrega profissionais e ONGs do campo da sexualidade humana e tem como objetivo promover e apoiar os direitos sexuais para todos, criou sua declaração dos direitos sexuais, originalmente proclamada no 13º Congresso de Sexologia em Valencia, Espanha em 1997, tendo sua última revisão aprovada pelo Conselho Consultor da WAS em março de 2014.

Esta é a lista de forma resumida dos direitos humanos referentes à sexualidade apresentados pela WAS (2013):



1. O direito a igualdade e a não discriminação. 2. O direito à vida, liberdade, e segurança pessoal. 3. O direito a autonomia e integridade corporal. 4. O direito de estar isento de tortura, tratamento ou punição cruel, desumana ou degradante. 5. O direito de estar isento de todas as formas de violência ou coerção. 6. O direito à privacidade. 7. O direito ao mais alto padrão de saúde atingível, inclusive de saúde sexual; com a possibilidade de experiências sexuais prazerosas, satisfatórias e seguras. 8. O direito de usufruir dos benefícios do progresso científico e suas aplicações. 9. O direito à informação. 10. O direito à educação e o direito à educação sexual esclarecedora. 11. O direito de constituir, formalizar e dissolver casamento ou outros relacionamentos similares baseados em igualdade, com consentimento livre e absoluto. 12. O direito a decidir sobre ter filhos, o número de filhos e o espaço de tempo entre eles, além de ter informações e meios para tal. 13. O direito à liberdade de pensamento, opinião e expressão. 14. O direito à liberdade de associação e reunião pacífica. 15. O direito de participação em vida pública e política. 16. O direito de acesso à justiça, reparação e indenização.

A Educação Sexual, portanto, é um direito sexual que se enquadra dentro do leque dos direitos humano. Sendo assim, as autoridades governamentais devem entender sua responsabilidade em garantir o acesso à uma Educação Sexual de qualidade e abrangente que possibilite às gerações presentes e futuras a segurança de seus direitos sexuais.

## **6.2 Educação Sexual e a Abordagem Emancipatória da Educação Sexual**

Observa-se que tanto para a OMS como para a WAS, a Educação Sexual é um direito humano ligado à sexualidade. Esta ideia da Educação Sexual como direito, é defendida no Brasil por Figueiró (2009), que afirma:

[...] a educação sexual tem a ver com o direito de toda pessoa de receber informações sobre o corpo, a sexualidade e o relacionamento sexual e, também, com o direito de ter várias oportunidades para expressar sentimentos, rever seus tabus, aprender, refletir e debater para formar sua própria opinião, seus próprios valores sobre tudo que é ligado ao sexo. (p. 163).

Relacionando estes conceitos ao tema desta pesquisa, qual seja, a objetificação sexual exercida sobre as mulheres negras, a Educação Sexual poderá figurar como uma aliada importante para o combate a esta forma de opressão social. A Educação Sexual exercida em suas diferentes formas deverá promover na consciência dos que por ela são educados a ideia da igualdade, dignidade e liberdade de todos os seres humanos, fazendo com que rejeitem os preconceitos presentes na sociedade a respeito das mulheres negras e de sua sexualidade.

O seguinte conceito, mais generalizado, de Educação Sexual é apresentado por Pontes (2011):

De um modo genérico e muito abrangente, considera-se que a educação sexual corresponde à aprendizagem específica sobre os aspectos relativos à sexualidade. Aprendizagem essa que é um processo contínuo ao longo de todo o ciclo vital e

envolve componentes como o físico, o psicológico, o erótico, o genital, a relação didática ou a experimentação, entre outros. (p. 37).

A Educação Sexual também pode ser entendida como “toda a ação ensino-aprendizagem sobre a sexualidade humana, seja ao nível de conhecimento de informações básicas, seja ao nível de conhecimento e/ou discussões e reflexões sobre valores, normas, sentimentos, emoções, e atitudes relacionadas à vida sexual”. (Figueiró, 2010, p. 03). Esta ação aprender/ensinar como Educação Sexual, pode ser efetivada em dois níveis, o formal e o informal. Sendo “a educação sexual informal, processo global, não intencional, que engloba toda a ação exercida sobre o indivíduo, no seu cotidiano, desde o nascimento, com repercussão direta ou indireta, sobre sua vida sexual; A educação sexual formal, deliberada, institucionalizada, feita dentro ou fora da escola. (Werebe, 1981, p. 106). Concordando que a Educação Sexual é desenvolvida nestes dois tipos ou níveis e destacando que ela já é exercida desde cedo em relação às crianças, observamos o que diz a professora Mary Neide Figueiró que além de pesquisar o tema, tem se dedicado a trabalhar com a formação de professores para a Educação Sexual.

Figueiró (2013) aponta que:

Todas as pessoas vão influenciando a criança, desde o nascimento, ao longo de toda sua vida, na formação de suas ideias e valores sobre corpo, abraço, beijo, namoro, relação sexual, carinho, nudez, parto e assim por diante. De que forma podem exercer essa influência? Por meio de suas atitudes, falas, comentários, olhares, gestos, silêncio, enfim, de todo comportamento verbal e não verbal. Todas essas ações não planejadas, acontecidas no dia a dia, constituem, pois a educação sexual informal. É

importante que fique claro que há dois tipos de educação sexual: a *informal* e a *formal*. Esta última diz respeito a todo ensino intencional, planejado, sobre a sexualidade, feito na escola, na igreja, no posto de saúde, ou, até mesmo, em casa, quando os pais, por exemplo, intencionalmente, pegam um livro sobre sexualidade e decidem ler junto com a criança. (p. 20).

Focando a Educação Sexual enquanto uma ciência da educação, a mesma pode ser apresentada como um processo: “optamos por adotar educação sexual como o processo pedagógico que visa uma formação específica e intencional sobre sexualidade, e o que dela é decorrente: comportamentos e atitudes, ética e valores, práticas e concepções.” (Maia e Ribeiro, 2011, p. 77). Direcionando o foco para a relevância social da Educação Sexual, Paulo Rennes Marçal Ribeiro, um dos mais destacados professores e pesquisadores da área da sexualidade no Brasil, coordenador do Programa de Pós-graduação em Educação Sexual da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” [UNESP], com vários livros e artigos lançados na área, afirma: “Assim, em termos de relevância social, partimos do princípio que a educação sexual constitui um espaço importante para a efetivação de propostas concretas de ação em que se combata a discriminação, o preconceito, e a violência sexual, tanto a simbólica quanto a real...”. (Ribeiro, 2013, p. 11). Verifica-se que os pesquisadores, autores, professores e estudiosos da Educação Sexual acreditam, com forte ênfase, que o exercício da Educação Sexual é uma estratégia efetiva na formação de cidadãos que tenham condições de desenvolver sua sexualidade de forma autônoma, responsável e segura, além de serem capazes de rejeitar visões preconceituosas e opressivas que se impõe sobre sua própria sexualidade e a dos outros, agindo de uma forma em que o exercício de sua sexualidade possa lhe proporcionar plenitude enquanto ser humano, satisfação, felicidade pessoal e uma sociedade mais livre, justa e igual.

Os seguintes objetivos de uma educação sexual adequada são propostos por Maia e Ribeiro (2011):

Uma Educação Sexual adequada deveria fornecer informações e organizar um espaço onde se realizariam reflexões e questionamentos sobre a sexualidade. Deveria esclarecer sobre os mecanismos sutis de repressão sexual a que estamos submetidos e sobre a condição histórico-social em que a sexualidade se desenvolve. Deveria também ajudar as pessoas a terem uma visão positiva da sexualidade, a desenvolver uma comunicação mais clara nas relações interpessoais, a elaborar seus próprios valores a partir de um pensamento crítico, a compreender melhor seus comportamentos e o dos outros e a tomar decisões responsáveis a respeito de sua vida sexual. (p. 79).

Conforme estes teóricos a Educação Sexual tem como um de seus objetivos contribuir para a quebra de jugos sociais opressores. Considerando que o tipo de opressão sexual que as mulheres negras têm sido vítimas na sociedade brasileira é uma realidade presente a séculos, desde o começo da formação da nação. Que este tipo de opressão alia fatores como racismo e sexismo. Que foi desenvolvido com bases religiosas e pseudocientíficas. Que imprimiu sobre a mulher negra, africana ou nascida no Brasil, o estigma de lasciva, sem honra, e despudorada. Que objetificou o seu ser resumindo a relevância de sua existência ao seu corpo, assim, hipersexualizando sua imagem e a resumindo a esta dimensão sua humanidade, esvaziando completamente sua subjetividade. E que determinou para a mulher negra a colocação na base da pirâmide social da sociedade brasileira.

Este sistema perverso fez enfermar muitas consciências de mulheres negras que por muito tempo ou por toda a vida sofreram com baixa autoestima, internalizado como realmente seu o baixo valor que a sociedade lhe atribuiu. Refletindo sobre quais são os processos que contribuem para esta internalização de estigmas, compreende-se que: “a repressão perfeita é aquela que não é sentida como tal, isto é, aquela que se realiza como auto repressão, graças à interiorização dos códigos de permissão, proibição e punição da sociedade.” (Chauí, 1985, p. 13). A presença das dores e humilhações foram apresentadas nesta pesquisa por mulheres negras que sentem na pele (e pele negra) as agruras de viver em uma sociedade que há séculos lhes olha de cima para baixo.

Dando subsídios para compreender como a visão social ligada à sexualidade da mulher negra foi historicamente construída, com base nos interesses dos grupos dominantes, diz Nunes (1987):

Pois falar de sexualidade implica retomar alguns recursos metodológicos: a história, a antropologia, a moral e a evolução social. Não se fala da sexualidade de maneira fragmentada, dividida, estanque. As relações sexuais são relações sociais, construídas historicamente em determinadas estruturas, modelos e valores que dizem respeito a determinados interesses de épocas diferentes. (p. 14).

Uma cultura de opressão como esta que foi instalada na sociedade brasileira, desenvolvida e estruturada há tanto tempo, erigida sobre bases sólidas, ainda que falsas e injustas, certamente, é difícil de ser revertida, contudo, considerando que este quadro não reflete determinismos naturais, ele foi culturalmente criado, é possível ser transformado na consecução da luta pela eliminação da visão e prática social que objetifica a mulher negra.

Acreditar em uma mudança é possível, pois: “em relação a esse conjunto de perspectivas que compõem o universo sexual da cultura brasileira, é importante salientar que se trata de um todo dinâmico e histórico, portanto, sujeito a mudanças, em consequência das constantes alterações que se processam na cultura.” (Figueiró, 2010, p. 126).

A Educação Sexual se propõe a ser uma ferramenta útil de transformação social. De forma geral a educação básica já tem como objetivos a eliminação de opressões e desigualdades. Conforme o Ministério da Educação, a educação tem “por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, contribuindo para a redução das desigualdades sociais.” (MEC, 2014). Neste sentido a Educação Sexual alia-se aos objetivos gerais da educação básica.

Mary Neide Damico Figueiró, no livro: *Educação Sexual: retomando uma proposta um desafio*, apresenta os tipos de abordagem de Educação Sexual encontradas no Brasil: “Voltando à questão das Abordagens de Educação Sexual, que é o ponto central das reflexões deste livro, cinco foram os tipos de abordagens por mim encontradas: religiosa católica e religiosa protestante – ambas podendo ser tradicional ou libertadora – médica, pedagógica e emancipatória (anteriormente denominada de política).” (Figueiró, 2010, p. 05).

Compreender a estrutura de cada abordagem é importante tanto para ajudar o indivíduo a escolher de que forma irá vivenciar sua sexualidade como para ajudar o pesquisador a determinar qual aparato teórico de cada abordagem melhor se adequa aos objetivos de sua pesquisa.

O tipo de abordagem de Educação Sexual que mais se adequa aos objetivos de promoção de transformações sociais, que é uma proposta desta nossa pesquisa, é o tipo da *Abordagem Emancipatória*. A *Abordagem Emancipatória da Educação Sexual* surge

exatamente devido à necessidade de transformações sociais, compreendendo que a efetivação de padrões e comportamentos sexuais estão diretamente ligados a estruturas econômicas, culturais e políticas.

Conforme Figueiró (2010):

A necessidade de transformação social, cultural, econômica e política da sociedade constitui-se na premissa fundamental a partir da qual emergiu, e com a qual está comprometida a *Abordagem Emancipatória da Educação Sexual*, inicialmente proposta pela Dra. Maria Amélia Azevedo [Goldberg] (1988), em sua obra intitulada *Educação Sexual: uma Proposta, em Desafio*. (p. 119).

A tarefa de lutar por mudanças sociais é urgente, contudo, por meio da Educação Sexual, que como já vimos, pode ocorrer formal e informalmente, dentro de casa, ou da escola ou da igreja, por meio de pais, professores ou líderes religiosos, é que se deverá transmitir aos educandos informações científicas sobre a sexualidade, bem como valores afetivos e psicológicos, considerando que preparar o indivíduo para as questões da sexualidade é importante, pois somente por meio da educação esclarecedora é que indivíduos terão condições de mover a sociedade.

Sendo assim, é possível considerar que a visão preconceituosa desenvolvida na sociedade sobre as mulheres negras e sua sexualidade foi estabelecida em decorrência da falta de informação verdadeiramente científica a respeito da sexualidade humana, por interesses econômicos que exploraram a escravidão, além de doutrinas religiosas contraditórias e corruptas que negavam igualdades e dignidade de todos os homens diante de Deus. Considerando as permanentes opressões que têm fundo histórico e que foram construídas com



base pressupostos negativos em relação a mulher negra, se faz necessária e urgente uma (re)educação sexual, que se apresenta como “um convite para você comprometer-se com uma série de lutas.” (Goldberg, 1988, p. 11). É possível, talvez, que se as pessoas conhecessem essas questões estruturante e entendessem que as realidades atuais não emergiram em condições de genuína discussão, elas mudassem seu modo de agir e pensar.

Para a Educação Sexual alcançar o objetivo de ser efetivamente um instrumento de transformações social na luta pelo respeito à humanidade e à dignidade da mulher negra e de sua sexualidade, algumas questões são fundamentais segundo a *Abordagem Emancipatória da Educação Sexual*.

Tais condições são pontuadas por Goldberg (1988):

- 1) Autonomia, isto é, de desenvolvimento de atitudes e valores próprios e da consciência de que cada um pode e deve fazer escolhas pessoais e responder por elas.
- 2) Participação em lutas coletivas, ou seja, um projeto de cooperação e conflito, antes que um exercício de individualismo e cordialidade. Nenhuma transformação significativa na área da sexualidade humana poderá ser conseguida, senão através de luta solidariamente assumida.
- 3) Denúncia e produção de alternativas concretas. A transformação pressupõe a crítica do presente à luz do passado – mas exige também a criação do futuro. Nesse sentido, o fundamental não é contemplar a realidade, mas agir sobre ela. (p. 11).

A proposta da *Abordagem Emancipatória da Educação Sexual* é desafiadora, pois convoca todo aquele educando, que recebeu informações científicas sobre a sexualidade e que compreendeu a necessidade de trabalhar os aspectos psicológicos e afetivos ligados à mesma,

a não limitar sua ação, aproveitamento e desfrute apenas individual da educação sexual que recebeu, mas, a conhecer e cooperar na intervenção na realidade cultural de sua sociedade com o objetivo de transformá-la.

Destacamos alguns comprometimentos que um educador sexual, ou um texto, que se utiliza da *Abordagem Emancipatória da Educação Sexual*, deve sustentar, segundo Figueiró (2010):

atenta para o respeito a todo tipo de diversidade, para o alcance dos direitos sexuais e reprodutivos e da saúde sexual; ajuda a compreender, ou alerta para a importância de se compreender, como as normas sexuais foram construídas socialmente, identificando nelas a presença de opressão; alerta ou mostra a importância de se alertar para repressões e autorrepressões; propicia questionamentos filosóficos e ideológicos; encara a questão sexual como uma questão diretamente ligada ao contexto social, influenciando e sendo influenciada por este; dá ênfase à participação em lutas coletivas para transformação de valores e das normas sociais ligadas direta ou indiretamente à sexualidade; considera importante a mudança de valores, atitudes e preconceitos sexuais da pessoa para o alcance de sua libertação e realização sexual. Porém, isso é encarado, também, como um meio para se chegar a novas normas e valores sexuais, que possibilitem a vivência da sexualidade, em nível não apenas do indivíduo, mas da sociedade como um todo. (p. 137).

Ribeiro (2002) alerta que os educandos podem trazer referenciais deturpados, dúvidas, angústias e ilusões que levam a uma visão depreciativa do sexo e da sexualidade. É a escola, mais uma vez, que assegura o local apropriado para o esclarecimento dos alunos, de modo que possam assimilar novos conceitos e elaborar suas ansiedades, medos e culpas, “... a escola está

sendo a instituição mais indicada pelas autoridades educacionais, pelos especialistas e pela sociedade em geral como sendo o campo fértil e ideal para se dar orientação sexual.” (Ribeiro, 1990, p.31). Segundo Werebe (1998) a instituição escolar deve desestabilizar as ideias preconcebidas, tabus, preconceitos e crenças, fazendo com que os jovens reflitam sobre os seus discursos e questionem a sua visão sobre o mundo, aspectos indissociáveis nas situações de convívio social. A educação sexual deve ser completa e emancipatória, deve questionar noções e pressupostos pedagógicos que estão diluídos nos saberes sociais. É dever da escola assegurar conhecimentos científicos que sejam esclarecedores, proporcionando interações que possam ajudar no diálogo e na desconstrução dos preconceitos.

Em 1997 com a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) o ensino da sexualidade na escola começava a se concretizar, aparecendo no documento como tema transversal, como nos apresenta Mary Neide Figueiró (2010), “nesse documento, elaborado pelo MEC, a proposta é que o tema sexualidade seja inserido no currículo como um tema transversal perpassando as várias disciplinas, podendo, assim, ser ensinado por professores de diferentes áreas” (p. 115). Vinte anos depois, em dezembro de 2017 foi homologada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que se estabelece como documento norteador destinado a direcionar os objetivos de aprendizagem de todo estudante da Educação Básica no Brasil, no qual não se faz menção ao ensino da sexualidade ou de orientação sexual. Apesar de não ser determinado que a BNCC extingue os PCN, é possível entender que a nova base desestimula a Educação Sexual nas escolas ao silenciar sobre o tema. Apesar da postura retrógrada das autoridades governamentais da área da educação no que diz respeito a abordagem do tema da sexualidade nas escolas, boa parte da população já compreende a necessidade de se tratar das questões da sexualidade na sala de aula. Uma pesquisa de opinião pública encomendada pela ONG Católicas pelo Direito de Decidir (2017) ao instituto IBOPE Inteligência, demonstrou que na opinião de boa parte dos

brasileiros questões de Educação Sexual devem ser abordadas na escola. A pesquisa foi realizada entre os dias 16 e 20 de fevereiro de 2017. Foram entrevistados 2002 brasileiros com 16 anos ou mais, em 143 municípios.

O seguinte resultado foi apresentado na página da internet da ONG Católicas pelo Direito de Decidir (2017):

Para 42% dos entrevistados na pesquisa, os(as) alunos(as) de escolas públicas deveriam receber aulas de educação sexual a partir dos treze anos ou mais, 36% preferem a partir dos dez anos e outros 10% antes dos dez anos. Apenas 9% dos brasileiros disseram que os(as) alunos(as) de escolas públicas não deveriam receber aulas de educação sexual. Somam 3% os que não sabem ou se abstêm de responder.

Em seus níveis formais e informais a Educação Sexual deve ser praticada nas diversas instituições da sociedade civil como famílias, igreja e associações, contudo, a escola se apresenta como espaço determinante para a formação do cidadão. É na escola, no convívio com seus iguais que os jovens são treinados para questionar ideias que historicamente construíram no Brasil uma realidade social assimétrica, desigual, pigmentocrática<sup>1</sup>, que é pautada na violência contra a mulher e que coloca as mulheres negras na base da pirâmide social. Apesar de não aparecer de forma explícita na BNCC, ainda há bases legais para a abordagem das questões de sexualidade e gênero nas escolas, é o que apresenta Júlia Daher no portal De Olho nos Planos, especializado nas questões de pluralidade na educação.

Diz Daher (2018):

---

<sup>1</sup> Pigmentocracia: forma de discriminação baseada fundamentalmente na tonalidade da pele: quanto mais escura uma pessoa, mais discriminação e exclusão ela sofreria.

Apesar de estar na Base em competências e habilidades específicas, a discussão de gênero vale para a educação como um todo e é prevista em tratados internacionais de direitos humanos que o Brasil é signatário, como a Convenção Relativa à Luta contra a Discriminação no Campo do Ensino (1960), a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1968), a Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979), entre outras. As discussões também podem ser sustentadas pela Constituição Brasileira (1988), pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) e pela Lei Maria da Penha (2006). Por isso, todas as tentativas de limitar esses debates são inconstitucionais, porque violam os princípios de igualdade de condições de acesso e permanência na escola, da não-discriminação e da liberdade de aprender e ensinar.

Hoje no Brasil contamos com o Programa de Pós-graduação em Educação Sexual desenvolvido na UNESP-Araraquara. O programa é pioneiro, na área da Educação Sexual, na modalidade de pós-graduação *stricto sensu* e tem formado Mestres em Educação Sexual, bem como, atuado na formação de educadores sexuais, preparando professores para atuar no ensino da sexualidade, produzindo por meio do trabalho dos docentes e discentes vasto material em questões de sexualidade e educação sexual, abordando de forma acadêmica variados temas, cujos trabalhos são colocados à disposição da sociedade, podendo servir para a implementação de projetos de Educação Sexual, tanto no âmbito da educação como no da saúde.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme foi abordado nesta pesquisa, tomando como base a bibliografia referenciada, que apresentou o trabalho de historiadores, sociólogos, antropólogos, pesquisadores da área do direito, educadores, educadores sexuais, jornalista, filósofos, assim como, dados de indicadores sociais fornecidos pelo IBGE e pesquisas de outras instituições, podemos afirmar que de fato há na sociedade uma visão sobre a sexualidade da mulher negra que a objetifica.

Esta objetificação se manifesta em resumir o valor da mulher negra aos atributos eróticos de seus corpos, desconsiderando sua espiritualidade, inteligência, caráter, sentimentos e complexidade. O que é construído por mulheres negras no uso de suas habilidades cognitivas permanece invisível, pois o que se espera na sociedade é que uma mulher negra só irá conseguir destaque como objeto de sensualidade que desperte interesse sexual.

Esta visão e as práticas objetificantes são consequências do período da escravidão no qual as africanas e suas descendentes sofreram todo tipo de crime sexual no seio da sociedade patriarcal brasileira. As ideias de que as negras eram humanamente inferiores, sem honra a preservar, lascivas, oferecidas, mulheres a serem usadas e descartadas, permanecem ainda hoje e colocam as mulheres negras em posição de inferioridade, trazendo todo tipo de opressão e sofrimento pessoal e social.

Esse comportamento culturalmente desenvolvido se reproduz fortemente na sociedade brasileira em sua desigualdade racial. Existe no Brasil uma forte resistência ao desenvolvimento do negro. Em relação à mulher negra elas são as que compõe a maior parte de mães que criam filhos sem a presença de pais, pois permanece a visão de que a negra não é para casar.

A sociedade brasileira é deficiente nas várias áreas da educação e isso se agrava quando se fala de uma educação sexual ou educação para a sexualidade. A ausência da educação sexual, seja ela formal ou informal, pode ser percebida em diversas questões em nosso País, no alto índice de gravidez indesejada na adolescência, na iniciação precoce na vida sexual, no crescimento das ISTs, assim como em preconceitos relação à orientação sexual e no nosso destaque aqui à questão racial.

Estamos convencidos de que se faz necessário implementar projetos de Educação Sexual, seja por via de programas governamentais, da conscientização de líderes religiosos, da ação das famílias, sobretudo, nas escolas, com a preparação de professores que se especializem no tema.

A Educação Sexual é uma via útil para educar o indivíduo a exercer sua sexualidade de forma autônoma e feliz, bem como para educar na construção de uma sociedade mais justa e igual que respeite as diferenças e reconheça o valor intrínseco de cada ser humano independente.

Contudo, sabemos que uma transformação social só é processada por meio de lutas. É preciso haver uma sinergia no combate ao racismo e ao sexismo dos quais as mulheres negras são vítimas em nossa sociedade. É preciso que a partir dos centros de produção de conhecimento como as universidades o tema da objetificação da mulher negra seja mais debatido juntando assim esforços com as ativistas do movimento feminista negro e todas as pessoas sensíveis à questão para uma mobilização e conscientização da opinião pública de que só quando conseguirmos extirpar as más influências que a escravidão nos deixou é que desenvolveremos uma sociedade mais justa.

Com esta dissertação esperamos contribuir para dar visibilidade ao debate sobre o tema e também marcar um ponto de partida para trabalhos futuros.

## REFERÊNCIAS

- American Psychological Association (APA). (2007). Report of the APA task force on the sexualization of girls. Disponível em: <http://www.apa.org/pi/women/programs/girls/report-full.pdf>. Acessado em: 20 de março de 2019.
- Araújo, E. (2018). A arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia. In: Del Priore, M. (org.). *História das Mulheres no Brasil* (10ª ed.). São Paulo: Contexto.
- Azevedo, A. (1997). *O Cortiço*. São Paulo: Klick Editora.
- Bantman, B. (1997). *Breve História do Sexo*. Lisboa: Terramar.
- Braga, A. B. (2015). *História da beleza negra no Brasil: discursos, corpos e práticas*. São Carlos: EdUFSCar.
- Calvi, P. (2018, agosto 6). Sistema carcerário brasileiro: negros e pobres na prisão. *Câmara dos Deputados*. Recuperado de: [www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/sistema-carcerario-brasileiro-negros-e-pobres-na-prisao](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/sistema-carcerario-brasileiro-negros-e-pobres-na-prisao).
- Cardoso, F. H. (2013). *Pensadores que inventaram o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Carneiro, M. E. R. (2006). *Procura-se uma “Preta com muito bom leite, prendada e carinhosa” : uma cartografia das amas-de-leite na sociedade carioca, 1850-1888*. Tese de Doutorado, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília. Brasília, DF, Brasil.
- Carneiro, S. (2011). *Racismo, sexismos e desigualdade no Brasil*. São Paulo. Selo Negro.
- Carneiro, S. (2011, março 6). Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *Geledés*. Recuperado de: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>



- Chalhoub, S. (1990). *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão da corte*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Chauí, M. (1985). *Repressão Sexual: essa nossa (des)conhecida*. (9ª ed.). São Paulo: Brasiliense.
- Católicas pelo Direito de Decidir. (2017). *Majoria da população brasileira é favorável à Educação Sexual nas escolas, revela pesquisa CDD/IBOPE Inteligência*. Recuperado de: <http://catolicas.org.br/novidades/releases/majoria-da-populacao-brasileira-e-favoravel-a-educacao-sexual-nas-escolas-revela-pesquisa-cddibope-inteligencia/>.
- Costa, E. V. (1998). *Da senzala à colônia*. São Paulo: Editora Unesp.
- Costa, E. V. (2010). *A abolição*. (9ª ed.) São Paulo: Editora UNESP.
- Daher, J. (2018). Base nacional aprovada, como fica a questão de gênero na escola? *De Olho nos Planos*. Recuperado de: <http://www.deolhonosplanos.org.br/bncc-aprovada-genero-orientacao-sexual/>.
- Debret, J. B. (1972). *Viagem histórica e pitoresca ao Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, Edusp.
- Del Priore, M. (2009). *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia*. São Paulo. Editora UNESP.
- Dias, M. O. (2012). *Resistir e Sobreviver*. In: Pinsky, C. B. & Pedro, J. M. *Nova História das Mulheres no Brasil* (pp. 360-381). São Paulo: Contexto.
- Fernandes, M. & Martinelli, A. (2017, janeiro 09). Por que a 'nova Globeleza' é um avanço para a representatividade das mulheres negras no Brasil. *Huffpost*. Recuperado de: [https://www.huffpostbrasil.com/2017/01/09/por-que-a-nova-globeleza-e-um-avanco-para-a-representatividade\\_a\\_21698336/](https://www.huffpostbrasil.com/2017/01/09/por-que-a-nova-globeleza-e-um-avanco-para-a-representatividade_a_21698336/).
- Figueiró, M. N. D. (2014). *Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível*. (2ª ed.). Londrina: EDUEL.

- Figueiró, M. N. D. (2009). Educação Sexual: como ensinar no espaço da escola. In: Figueiró, M. N. D. (Org.). *Educação Sexual: múltiplo temas, compromissos comuns* (pp. 141-171). Universidade Estadual de Londrina. Londrina-PR – Brasil.
- Figueiró, M. N. D. (2010). *Educação Sexual: retomando uma proposta um desafio*. (3a Ed.). Londrina: EDUEL.
- Figueiró, M. N. D. (2018). *Educação Sexual: saberes essenciais para quem educa*. Curitiba: CRV.
- Figueiró, M. N. D. (2013). *Educação Sexual no dia a dia*. Londrina: EDUEL.
- Florentino, M. & Góes, J. R. (2017). *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-1850*. São Paulo: Editora Unesp.
- Fonseca, J. J. S. (2002). *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC. Apostila.
- Fredrickson, B. A. & Roberts, T. (1997). Objectification theory: Towards the understanding women's lived experiences and mental risks. *Psychology of Women Quarterly* (p. 173-206). Recuperado de: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/j.1471-6402.1997.tb00108.x>.
- Freyre, G. (2013). *Casa-Grande e Senzala: formação da sociedade brasileira sob o regime patriarcal*. (52ª ed.). São Paulo: Global.
- Giacomini, S. M. (1988). Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil. (Coleção Negros em libertação). Petrópolis: Vozes.
- Góes, J. & Florentino, M. (2018). Crianças escravas, crianças dos escravos. In: Del Priore, M. (Org). *História das crianças no Brasil*. (7ª ed), (pp. 407-436). São Paulo: Contexto.
- Góes, J. & Florentino, M. (2017). *A Paz das Senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, C. 1790-C. 1850*. São Paulo: Editora Unesp.
- Goffman, E. (1981). *Estigma - notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. (4ª ed.). Rio de Janeiro: LTC.

- Goldberg, M. A. A. (1988). *Educação Sexual: uma proposta um desafio*. (4ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Gomes, L. (2019). *Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal à morte de Zumbi dos Palmares*. Rio de Janeiro: Globo Livros.
- Gonzalez, L. (1979). *O papel da mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica*. Los Angeles: Mimeografado.
- Hollanda, H. B. (2018). *Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Hooks, B. (1995). *Intelectuais negras*. Revista Estudos Feministas, vol. 3, n. 2, (pp. 464-478).
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019). Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. *Estudos e Pesquisas*. Informações demográficas e socioeconômicas, nº 41. Recuperado de: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf)>
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2019). Atlas da violência. Recuperado de: <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/18/infografico-atlas-2019>>
- Jango, C. F. (2017). *“Aqui tem racismo”: um estudo das representações sociais e das identidades das crianças negras na escola*. São Paulo: Editora Livraria da Física.
- Jatobá, R. (2013). *Questões de pele*. Barueri, SP: Novo Século Editora.
- Lima, E. F. (2018). *Negritudes, adolescências e afetividades: experiências afetivo-sexuais de adolescentes negras de uma periferia da cidade de São Paulo*. Programa de Pós-graduação em Educação Sexual. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista. Araraquara-SP, Brasil.
- Loureiro, C. P. (2014). *Corpo, beleza e auto-objetificação feminina*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória-ES, Brasil.

- Ludke, M.; André, M. E. (1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: Ed. Pedagógica e Universitária.
- Maia, A. C. B.; Ribeiro, P. R. M.. (2011) *Educação sexual: Princípios para ação*. In: Doxa: Revista Brasileira de Psicologia e Educação. Araraquara: Departamento de Psicologia da Educação da FCL/UNESP, v. 15, n. 1, (pp.75-84)
- MEC (Ministério da Educação). (2014). *Principais Ações e Programas de responsabilidade do Ministério da Educação no PPA 2012-2015*. Recuperado de: <<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-basica/programas-e-acoes>>.
- Melo, S. M. M. (2001). *Corpos no espelho: a percepção da corporeidade em profissionais*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre-RS. Brasil.
- Minayo, M. C. S. (Org.). (2002). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. (18a ed.). Petrópolis: Vozes.
- Moutinho, L. (2004). “Raça”, sexualidade e gênero na construção da identidade nacional: uma comparação entre Brasil e África do Sul. *Cadernos Pagu* (23), (pp.55-88). Recuperado de: < <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n23/n23a03.pdf>>.
- Nabuco, J. (2000). *O abolicionismo*. (Grandes nomes do pensamento brasileiro). Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha.
- Nascimento. A. (2016). *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. (3 ed). São Paulo: Perspectivas.
- Nepomuceno, B. (2018). *Protagonismo ignorado*. In: Pinsky, C. B. & Pedro, J. M. *Nova História das Mulheres no Brasil* (pp. 382-409). São Paulo: Contexto.
- Nina Rodrigues, R. (2008). *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Madras.
- Nunes, C. A. (1996). *História, sexualidade e educação: as relações entre os pressupostos ético-sociais e histórico-culturais presentes nas abordagens institucionais sobre a*

- educação sexual escolar*. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP. Brasil.
- Nunes, C. A. (1987). *Desenvolvendo a Sexualidade*. Campinas: Papirus.
- Oliveira, F. C. S. (2014). Mulheres negras letras e literatura: Uma Análise da Condição da mulher negra no final século XIX a meados do século XX. In 18º REDOR – Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações Gênero. (pp. 1586 – 1605). Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco.
- Pacheco, A. C. L. (2013). *Mulher negra: afetividade e solidão*. Salvador. EDUFBA.
- Paixão, M. & Gomes, F. (2012). Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação. In: XAVIER, Giovana; Farias, Juliana; Gomes, Flávio (Orgs). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação* (pp. 297-313). São Paulo: Selo Negro.
- Pennafort, R. (2017, janeiro 16). Nova globeleza tem um vestido com menos rebolado. *Estadão*. Recuperado de: <http://cultura.estadao.com.br/noticias/televisao,nova-globeleza-tem-um-vestido-com-menos-rebolado,10000100265>.
- Pereira, F. P. (2016). *Da casa e da rua: cotidiano e resistência de mulheres escravizadas no Maranhão-século XIX*. Monografia, Centro de Educação, Ciências Exatas e Naturais, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA, Brasil.
- Pinho, O. A. (2004). *O efeito do sexo: políticas de raça, gênero e miscigenação*. Cadernos Pagu. Campinas, v. 23, p. 89-119.
- Pinsky, J. (1982). *A escravidão no Brasil*. (2 ed.). São Paulo. Global.
- Pontes, A. F. (2011). *Sexualidade: vamos conversar sobre isso? Promoção do Desenvolvimento Psicosssexual na Adolescência: Implementação e Avaliação de um Programa de Intervenção em Meio Escolar*. Dissertação de Doutorado. Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto. Porto – Portugal.

- Quartilho, M. J. (2003). Sexualidade e Construcionismo Social. In: Fonseca, L.; Soares, C. & Vaz, J.M. (Coord.) (2003). *A Sexologia: Perspectiva Multidisciplinar II*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Rezzutti, P. (2018). *Mulheres do Brasil: a história não contada*. Rio de Janeiro. LeYa.
- Representações das mulheres nas propagandas de TV*. (2013). Instituto Patrícia Galvão. Recuperado de: [http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2012/05/representacoes\\_das\\_mulheres\\_nas\\_propagandas\\_na\\_tv.pdf](http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2012/05/representacoes_das_mulheres_nas_propagandas_na_tv.pdf).
- Ribeiro, D. (2018). *Quem tem medo do feminismo negro*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Ribeiro, S. (2018). Quem somos: mulheres negras no plural, nossa existência é pedagógica. In: H. Heloisa Buarque de (Ed.). *Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade* (pp. 261-286). São Paulo: Companhia das Letras.
- Ribeiro, P. R. M. (2013). *A educação sexual na formação de professores: sexualidade, gênero e diversidade enquanto elementos de uma cidadania ativa*. In: Rabelo, A. O.; Pereira, G. P; Reis, A. M. de S. (Org.). *Formação docente em gênero e sexualidade: entrelaçando teorias, políticas e práticas* (pp. 7-17). Petrópolis: De Petrus.
- Ribeiro, P. R. M. (1990). *Educação sexual além da informação*. São Paulo: E.P.U.
- Ribeiro, P. R. M. (2002). *Sexualidade e educação sexual: Apontamento para uma reflexão* (Série Temas em Educação Escolar, n. 4). São Paulo: Cultural Acadêmica
- Rodrigues, T. C. (2013). *Tráfico internacional de pessoas para exploração sexual*. São Paulo: Saraiva.
- Santos, E. V. L. S., Milani, D. R. C., & Perez, M. C. A. (2019). “Infância” das “crianças” negras e escravas no brasil: aproximações com realidades contemporâneas. *Revista Educação em Debate*. Ano 41, nº 79, 35-46.
- Schumacher, S. & Brazil, E. V. (2013). *Mulheres Negras do Brasil* (Edição Condensada). Rio de Janeiro: Senac Nacional.

- Schwarcz, L. M. & Starling, H. M. (2015). *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Silva, C. (2018). De onde viemos: aproximações de uma memória. In: H. Heloisa Buarque de (Ed.). *Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade* (pp. 252-260). São Paulo: Companhia das Letras.
- Silveira, D. T. & Cordova, F. P. (2009). *A Pesquisa Científica*. In: Gerhardt, T. E.; Silveira, D. T. (Org). Métodos de Pesquisa. Porto alegre: Editora da UFRGS.
- Souza, F. F. (2012) Escravas do lar: as mulheres negras e o trabalho doméstico na corte imperial. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana; GOMES, Flávio (Orgs). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação* (pp. 244-260). São Paulo: Selo Negro.
- Souza, N. S. (2008, maio 13). Contra o racismo: com muito orgulho e amor. *Correio da Baixada*. Recuperado de: <https://mamapress.wordpress.com/2016/08/03/racismo-porque-se-matou-a-psicanalista-negra-que-fazia-sucesso-no-rio/>.
- Souza, N. S. (1983). *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Teixeira, M. S. S. P. & Queiroz, J. M. (2017, novembro 11). Corpo em debate: a objetificação e sexualização da mulher negra. *Revista Enlaçando*. Recuperado de: [https://www.editorarealize.com.br/revistas/enlacando/trabalhos/TRABALHO\\_EV072\\_MD1\\_SA24\\_ID402\\_17072017210303.pdf](https://www.editorarealize.com.br/revistas/enlacando/trabalhos/TRABALHO_EV072_MD1_SA24_ID402_17072017210303.pdf)
- Telles, L. F. S. (2013). *Libertas entre sobrados: mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880-1920)*. São Paulo: Alameda.
- WAS (Associação Mundial pela Saúde Sexual). *Declaração dos direitos sexuais*. Recuperado de: < <http://www.worldsexology.org/wp-content/uploads/2013/08/DSR-Portugese.pdf> >
- Werebe, M. J. G. (1981). *Educação Sexual: instrumento de democratização ou de mais repressão?* Cadernos de Pesquisa, nº 36 (pp. 99-110). São Paulo.

Werebe, M. J. G. (1998). *Sexualidade, política e educação*. Campinas, SP: Autores Associados.